

ELEIÇÕES, DESEMPREGO E INFLAÇÃO: O CICLO POLÍTICO DE NEGÓCIOS NA NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA ¹ (1985-99)

Marcelo Neri²
Fabrício Carega³

1. Introdução

Parece incontestável que decisões do governo em relação a política econômica afetam os resultados da economia e, por conseguinte, o ambiente político nacional. A utilização de políticas monetárias, fiscais e cambiais com claros objetivos político-eleitorais implicam em significativas flutuações da economia. A teoria econômica estuda esse fato através de um ramo denominado “Ciclos Políticos de Negócios” (CPNs).

A principal característica dos CPNs são oscilações em períodos pré-eleitorais, com aumentos da taxa de crescimento do produto e reduções do nível de desemprego, resultante de influências políticas com o objetivo de proporcionar um ambiente positivo capaz de influenciar o resultado eleitoral. Entretanto, após esse período de excessivo crescimento, o período pós-sufrágio é caracterizado por um crescimento do nível geral de preços na economia cuja consequência é adoção de políticas macroeconômicas anti-inflacionárias. Existem várias facetas das CPNs na literatura com variantes fiscais, monetárias e cambiais. De todas as formas, a ocorrência de CPNs através de políticas macroeconômicas com objetivos eleitorais pode levar a diagnósticos imprecisos e erros nas previsões futuras dos eventos econômicos, com consequências negativas diretas sobre o nível de bem estar da sociedade. Esta instabilidade além de problemática do ponto de vista ético, e também danosa à taxa de crescimento de longo prazo da economia.

Diferentes modelos de ciclos políticos encontrados na literatura enfatizam a distinção dos incentivos existentes dos *policymakers* entre oportunista (*opportunistic*) ou partidário (*partisan*). Em modelos oportunistas, os *policymakers* maximizam sua popularidade ou sua probabilidade de reeleição. Em modelos partidários diferentes políticas representam diferentes constituintes, e quando está no cargo, seguem políticas que favorecem seu respectivo grupo de apoio. Mais especificamente, os partidos de

¹ Gostaríamos de agradecer aos comentários do economista Mário Lisboa Theodoro. Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

² IBRE/FGV e EPGE/FGV

³ Mestrando da UFF

esquerda estão mais preocupados com o problema do desemprego, enquanto os partidos de direita estão relativamente mais propensos em incorrer em custos do desemprego para reduzir a inflação.

O presente trabalho visa expor a literatura sobre a teoria dos CPNs de maneira didática, adapta-la ao contexto nacional para, posteriormente, testar sua relevância empírica no Brasil durante o período da Nova Democracia Brasileira instalado no país a partir de 1985. As contribuições do trabalho são as seguintes: em primeiro lugar, identificamos em cada período pré e pós eleitoral, a relevância de elementos ligados aos CPNs, captados através de dados relacionados a desemprego e inflação durante o período. Em segundo lugar, complementamos o uso de séries macroeconômicas agregadas com dados longitudinais a nível individual a fim de testar a robustez dos resultados empíricos e simultaneamente precisar os ganhadores e os perdedores dos processos eleitorais. Em particular, a comparação de dados microeconômicos de desemprego e de renda de diferentes grupos sociais nos períodos pré e pós eleitorais possibilitarão identificar a natureza oportunista e/ou populista dos CPNs. Definimos em termos operacionais, e de forma bastante simplista, o termo populismo como aumentos transitórios das faixas da população menos educada ocorridos em períodos pré-eleitorais.

As principais contribuições do artigo se referem a adaptação dos CPNs à especificidades brasileiras. Neste aspecto, o artigo busca incorporar os efeitos de elementos de oferta/políticas de renda tais como políticas salariais e de tecnologias de combate à inflação de natureza heterodoxa, ou seja aquelas baseadas em políticas de renda implantadas de forma abrupta no país durante o período em questão. Estas políticas permitem quedas simultâneas, na maioria das vezes fugazes, da inflação e do desemprego através do ataque frontal ao componente de tendência inflacionária. Argumentamos que terapias anti-inflacionárias de choque e a edição de novas políticas salariais embutem em muitos casos motivações oportunistas e/ou partidárias tal como as políticas que exploram através de políticas de demanda o *tradeoff* entre inflação e desemprego implícito na curva de *Phillips* abordadas na literatura tradicional de CPNs.

Finalmente, um outro elemento necessário para captar a natureza política do ciclo econômico em uma democracia em formação como a brasileira se refere à incorporação de outros episódios políticos, à parte de eleições, em particular decisões congressuais acerca de extensão de mandato e reeleição presidenciais que afetam o *timing* e a forma com que os processos eleitorais são implementados. Acreditamos que estas adaptações são fundamentais para o teste da relevância e da natureza dos CPNs no caso brasileiro.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira seção empreendemos uma resenha dos principais modelos de CPNs encontrados na literatura. Na segunda seção apresentamos algumas adaptações desses modelos que julgamos necessárias para aplicação ao caso brasileiro. No seção

seguinte realizamos uma análise episódica a partir de séries agregadas de desemprego e inflação dos períodos imediatamente anteriores e posteriores às eleições ocorridas em 1986, 1989, 1994 e 1998. A seção quatro realiza uma análise empírica a partir de dados longitudinais a nível individual do caráter oportunista e/ou populista da política econômica vigente nos referidos anos. A última seção apresenta as principais conclusões do artigo.

2. Eleições, Desemprego e Inflação: Uma Resenha⁴

2.1. Preliminares

O tema geral dos CPNs é que instituições políticas adicionam novas estratégias de interação entre o governo e o resto da sociedade. Em particular, focalizaremos as eleições e a interação entre o governo e a sociedade. Eleições possuem dois efeitos centrais. De um lado, as políticas escolhidas pelo eleito são parcialmente formuladas pelo seu desejo de vencer as eleições, e desta forma agradar os eleitores. Por outro lado, eleições podem provocar mudanças no governo, e então criar incerteza sobre o futuro das políticas econômicas. Por simplicidade, identificamos o Banco Central como um ramo do governo. Assumimos que ele responde aos incentivos eleitorais como deseja a administração.

Se os eleitores não agem racionalmente e possuem uma visão adaptativa voltada para o passado, eles são facilmente enganados. Esta é essencialmente a visão pioneira da teoria do “ciclo político de negócios”⁵. A predição desta primeira vertente da teoria é que os *policymakers* estimulam a economia antes das eleições e ajustam depois das eleições reduzindo a inflação. Este truque é usado em toda eleição; os eleitores nunca aprendem com o passado e governantes nunca perdem credibilidade. A evidência empírica internacional mescla estes dois lados, mas é consistente com as predições.

A reeleição dos candidatos como uma condição estaria diretamente relacionada com a competência dos governos, isto é, pela habilidade de resolver problemas políticos. Por exemplo, um candidato pode ser particularmente capaz (ou incapaz) de enfrentar choques de origem externa ou doméstica (e.g., petróleo e agrícola, respectivamente). Assumimos que a competência do candidato se reflete no nível de emprego que este candidato pode trazer. Sob estas suposições, um alto nível de emprego pode sinalizar a competência do titular. Este tem o incentivo de trazer um nível maior de emprego antes das eleições, para fazer os eleitores acreditarem em sua competência, por outro lado a sua competência poderia estar relacionada com a sua capacidade de diminuir a inflação, trazendo-a a níveis baixos mostrando dessa forma capacidade de lidar com as mais diversas situações.

Numa perspectiva teórica pressupõe-se que num governo democrático o partido que se encontra no poder age de forma racional com simples intuito de maximizar seu desempenho político-eleitoral, desta

⁴ Esta seção se baseia em Persons e Tabellini (1989) e Alesina e Roubini (1992).

forma, o objetivo maior das políticas formuladas pelos políticos (ou pelo governo) é única e exclusivamente obter a maior credibilidade possível de modo a ganhar votos e se manter no poder. Por outro lado, os eleitores agem racionalmente, de forma que avaliação se dá através da avaliação do desempenho de cada partido. Entretanto, essa perspectiva juntamente com outra de reação contrária que consideram que os eleitores não observam e portanto ignoram as ações políticas passadas fazendo suas opções de voto considerando principalmente as medidas de performance econômica recente.

2.2. Modelos Oportunistas e Partidários

Diferentes modelos de ciclos políticos enfatizam a distinção dos incentivos existentes dos *policymakers* entre oportunista (*opportunistic*) ou partidário (*partisan*). Em modelos oportunistas, os *policymakers* maximizam sua popularidade ou sua probabilidade de reeleição. Em modelos partidários diferentes políticas representam diferentes constituintes, e quando está no cargo, seguem políticas que favorecem seu respectivo grupo de apoio. Mais especificamente, os partidos de esquerda estão mais preocupados com o problema do desemprego, enquanto os partidos de direita estão relativamente mais desejosos de incorrer em custos do desemprego para reduzir a inflação.

Tentaremos demonstrar estas duas distintas trajetórias desenvolvidas nos meados dos anos setenta. A primeira é influenciada pelo trabalho de Nordhaus (1975) e Lindbeck (1976) sobre o ciclo oportunista e Hibbs (1977) pelo ciclo partidário. Estes trabalhos são pautados no modelo de "expectativas pré-racionais" e baseados sobre a exploração do tradeoff implícito na curva de Phillips versão aceleracionista. O modelo de ciclo político de negócio de Nordhaus prediz um maior crescimento no período pré-eleitoral e menor desemprego, com aumento da inflação em torno da eleição e uma recessão no período pós-eleitoral, resguardada a orientação política do governo em poder. O modelo partidário de Hibbs implica em sistemática e permanente diferenças na combinação inflação/desemprego escolhida pelos diferentes partidos políticos.

Em meados dos anos oitenta após o advento das expectativas racionais surge uma nova teoria sobre ciclo político. Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e Persons e Tabellini (1990) propõem modelos racionais oportunistas; Alesina (1987) desenvolve um trabalho de modelo racional partidário. Estes modelos diferem de seus predecessores em duas importantes dimensões. Primeiro, a suposição da racionalidade dos agentes econômicos fazem da economia real menos direta e previsivelmente influenciada pela política monetária. Segundo, a racionalidade dos eleitores implica que eles não podem ser sistematicamente enganados em equilíbrio.

⁵ Ver modelo de Nordhaus na seção posterior.

Esta segunda geração de modelos tem implicações empíricas, as quais são mais sutis que as das literaturas anteriores: a suposição da racionalidade reduz a extensão e a probabilidade de ciclos políticos regulares, embora não eliminando-os. Esta seção visa duas questões. Primeiro, dar a base teórica para a elaboração de testes empíricos se as dinâmicas observadas do desemprego, da inflação e da pobreza são afetadas pelas eleições e mudanças de governo. O segundo, se a segunda geração dos modelos de expectativas racionais propostos têm produz interpretação proveitosa das evidências apresentadas.

2.3. Modelo de ciclo político de negócio (Nordhaus 1975)

A suposição do modelo de ciclo político de negócios de Nordhaus pode ser caracterizado como se segue:

i) A economia é descrita pela curva de Phillips:

$$u_t = \bar{u} + \alpha u_{t-1} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e) + \varepsilon_t; 0 < \alpha < 1; \gamma < 0 \quad (1)$$

onde u é desemprego; $\bar{u}/(1-\alpha)$ é a taxa natural de desemprego; π é inflação; π^e é a expectativa de inflação; ε é o choque aleatório com média zero; α, γ são parâmetros. O termo auto regressivo em (1) captura várias fontes de persistência. A taxa natural de desemprego é normalizada em zero, sem perda de generalidade. Utilizando a lei de Okun o mesmo modelo pode ser escrito em termos de crescimento de produção, y_t ao invés do desemprego. Na análise empírica no qual segue consideraremos o crescimento e o desemprego.

ii) Expectativas de inflação são adaptativas:

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}); 0 < \lambda < 1. \quad (2)$$

iii) A inflação é diretamente controlada pelos *policymakers*.

iv) Políticos são oportunistas: apenas se preocupam em se manter no poder, não tendo objetivos partidários.

v) Eleitores são "retrospectivos". Julgam a performance do titular baseado sobre o estado da economia durante o período que está no poder, e dificilmente descartam as observações passadas.

vi) O *timing* das eleições é exogenamente fixado.

A partir destas suposições Nordhaus deriva as seguintes implicações: (i) todo governo segue a mesma política; (ii) no final do mandato o titular estimula a economia para levar vantagem no curto prazo de uma curva de Phillips mais favorável; (iii) a taxa de inflação aumenta em torno das eleições como resultado da expansão pré-eleitoral, depois das eleições a inflação é reduzida com políticas contracionistas.

2.4. Modelos de ciclo político racionais

Persson e Tabellini (1990) propõe um simples modelo no qual resumam a idéia básica de Rogoff e Sibert (1988). As suposições (i), (iii), (iv) e (vi) no modelo de Nordhaus são reaproveitadas. A suposição (ii) é substituída por:

(ii)' $\pi^e = E(\pi_t/I_{t-1})$: expectativas racionais.

(ii)" I_{t-1} inclui todas as relevantes informações, exceto o nível de competência dos diferentes *policymakers*. A suposição (v) é substituída por:

(v)' Eleitores escolhem o candidato, que se eleito, proporcionará maior utilidade.

(v)" Não há diferença na função utilidade dos eleitores.

$E(.)$ é operador de expectativa e I_{t-1} é o conjunto de informação dos eleitores no tempo (t-1) quando expectativas são formadas. (ii)" implica uma assimetria de informação entre os *policymakers* e os eleitores: O primeiro conhece sua própria competência, mas o último não. O *policymaker* competente é definido pela sua habilidade de manter o desemprego baixo e o crescimento alto com nível de inflação relativamente baixa.

Tomando como vantagem a assimetria de informação e tentando parecer tão competente quanto possível antes das eleições, os políticos comportam-se segundo propõe Nordhaus. Portanto, dada a racionalidade dos eleitores e o conhecimento dos incentivos dos políticos, os últimos são limitados em seus comportamentos oportunistas.

2.5. A teoria partidária (Hibbs, 1977, 87)

A versão pioneira da teoria partidária está baseada sobre um mecanismo de expectativa não racional, adotando as suposições (i), (ii), (iii) e (vi). As suposições (iv) e (v) são substituídas por:

(iv)' Políticos são partidários, isto é, diferentes partidos têm diferentes funções objetivo. Partidos de esquerda atribuem um maior custo para o desemprego relativo à inflação do que partidos de direita.

(v)''' Cada eleitor é ciente das diferenças partidárias e vota no partido que lhes oferece retornos mais próximos do desejado.

Então, este modelo implica que diferentes partidos escolhem diferentes pontos sobre a curva de Phillips: o crescimento e a inflação poderiam ser permanentemente maior e o desemprego permanentemente mais baixo quando a esquerda estivesse no poder do que quando a direita estivesse.

2.6. Teoria partidária racional (Alesina, 1987).

Alesina (1987,1988) sugere uma teoria racional partidária. Este modelo adota as suposições (i), (ii)', (iii), (iv)', (v)''' e (vi).

A função objetivo dos dois partidos podem ser escritas como:

$$W^i = \sum_{t=0}^T \delta_t [-(\pi_t - c^i)^2 - b^i(u_t - K^i)^2], \quad 0 < \delta < 1 \quad (3)$$

Onde $i = E, D$ indicando os partidos de esquerda e de direita. A diferença entre os dois partidos pode ser sumariada por pelo menos um destes três conjuntos de inequações:

$$c^E > c^D \geq 0; \quad b^E > b^D \geq 0; \quad K^E < K^D \leq u/1-\alpha \quad (4)$$

A última inequação implica a inconsistência no tempo da política monetária apontada por Kydland e Prescott (1977) e Barro e Gordon (1983). Uma vez que pelo menos um dos dois partidos aponta para um nível de crescimento maior que coloca a economia com a taxa de desemprego acima da taxa natural (normalizada em zero), isto introduz um viés inflacionário por causa da falta de um pré-compromisso com a política monetária. Então, um teste da teoria racional partidária é indiretamente um teste que especifica as funções objetivo do *policymakers*.

A idéia básica deste modelo é que, dada a lentidão no ajustamento salarial, mudanças na taxa de inflação associadas com mudanças no governo criam desvios temporários da atividade econômica real de seu nível natural.

Mais especificamente, as seguintes implicações podem ser derivadas deste modelo: (i) no começo de um governo de direita (esquerda) o crescimento da produção está abaixo (acima) do seu nível natural e o desemprego abaixo (acima); (ii) após as expectativas se equilibram, preços e salários se ajustam, o desemprego retorna para o seu nível natural; depois deste período de ajustamento, o nível de atividade econômica passa a ser independente do partido no poder. (iii) a taxa de inflação permanece maior quando o governo de esquerda está no poder; note que isto ocorre se $c^E = c^D$ em (3), assim como $K^E < K^D$ ou $b^E > b^D$.

3. CPNs no Contexto Brasileiro Recente

3.1. Preliminares

Antes de testar empiricamente a extensão e a natureza dos CPNs no Brasil nos convém descrever o diagnóstico que baseou a implantação de uma série de programas de estabilização implantados no país durante os últimos 15 anos. Sem esta perspectiva o entendimento das possíveis motivações políticas por traz dos ciclos econômicos brasileiros no período em questão fica comprometida.

Em primeiro lugar, seguindo Lopes (1986) e outros um elemento fundamental do debate seria a distinção conceitual existente entre choques inflacionários e tendência inflacionária. O ritmo de elevação dos preços é periodicamente perturbado por determinados impulsos inflacionários ou deflacionários que resultam de ações, existentes ou não, dos agentes econômicos visando alterar os preços relativos. Estes impulsos são denominamos choques inflacionários⁶.

Supondo ser possível medir perfeitamente a contribuição de todos os choques inflacionários correntes à taxa de inflação observada, o resíduo não explicado pelos choques é um componente de inflação pura denominado de tendência inflacionária. Este componente de natureza autoregressiva explicaria a propensão das taxas de inflação se reproduzirem ao longo do tempo. Dada a magnitude acima de três dígitos da taxa de inflação brasileira na primeira metade dos anos 80, este seria o principal alvo das políticas de estabilização.

Em termos de CPNs, o nosso argumento central é que a distinção fundamental não estaria tanto na clivagem existente entre tendência e choques inflacionários mas na distinção entre políticas que atuam sobre a demanda agregada e políticas que atuam sobre a curva de oferta agregada. Um processo de inflação alta ou crônica abre espaço para o uso de políticas de renda que procuram extrair dividendos políticos através de ações diretas sobre a curva de oferta agregada.

3.2. Ciclos Políticos de Demanda

A literatura sobre CPNs confere usualmente grande ênfase a choques de demanda, captado através do tradeoff implícito na Curva de Phillips⁷. Complementarmente, a literatura tradicional relativa a

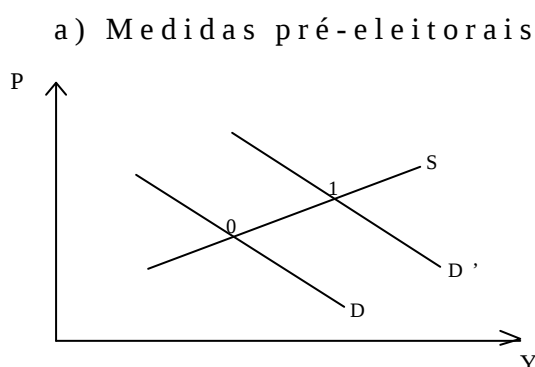
⁶ Um choque cambial, por exemplo, resulta da tentativa do Governo de alterar a taxa de câmbio real da economia. Um choque agrícola, outro exemplo, resulta da tentativa dos negociantes nos mercados de produtos agrícolas de alterar o preço relativo entre bens agrícolas e não-agrícolas para acomodar uma mudança nas condições de oferta do setor.

⁷ Se a economia entra em expansão e o mercado de trabalho passa a operar com escassez de oferta, surge uma tendência de aumento salarial. A falta de trabalhadores relativamente às vagas disponíveis estimula o fechamento de contratos de trabalho a níveis de salário nominal que, tendo em vista a expectativa vigente para o nível geral de preços, significam uma tentativa de aumentar o salário real da economia. Na realidade o salário real efetivamente pago só será aumentado se a expectativa de preços for confirmada, mas em qualquer caso a expansão terá produzido um impulso inflacionário.

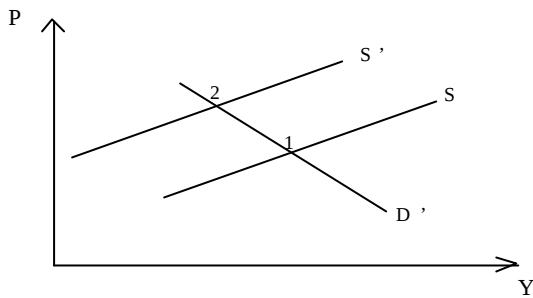
CPNs explora a tendência inflacionária baseada em expectativas, sejam estas adaptativas ou racionais. Em termos de motivações políticas, uma perspectiva oportunista prescrevia a adoção de políticas fiscais e/ou monetárias expansionistas no período pré-eleitoral a fim de gerar aumento do nível de atividade para dadas expectativas inflacionárias (ver figura 1a) e conseqüente ganho de popularidade dos titulares. Entretanto, conforme a figura 1b demonstra, o conseqüente deslocamento para cima da curva de demanda agregada típicos de períodos pré-eleitorais implicaria em algum momento num deslocamento para cima da curva de oferta agregada quando as defasagens existentes no processo de formação de expectativas fossem eliminadas. A velocidade desta interação entre demanda e oferta agregadas dependeria na visão *ba* adaptativa de quanto para trás se olha de defasagem implícito no processo de formação expectativas. Já na visão *forward-looking* racional, a rapidez do deslocamento para cima da curva de oferta agregada dependeria da difusão e da credibilidade da informação acerca da adoção de políticas austeras. Em todos os casos, a adoção de políticas expansionistas se embutirem um elemento de surpresa, implica na ocorrência a curto prazo de benefícios sociais e políticos. Na medida que houver algum tipo de rigidez no processo de formação de expectativas existe incentivos para a adoção de políticas de demanda expansivas em períodos pré-eleitorais.

No período pós-eleitoral a política econômica adotada seria a imagem do espelho das políticas anti-inflacionárias baseadas na contração da demanda agregada (figura 1c), levaria após o ajuste das expectativas a economia de volta para as proximidades do ponto onde o ciclo político se iniciara (figura 1d).

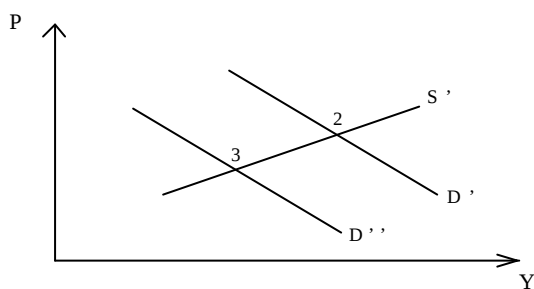
Figura 1
CICLO POLÍTICO DE NEGÓCIOS - DIRIGIDO POR DEMANDA
(Políticas Monetárias e Fiscais)



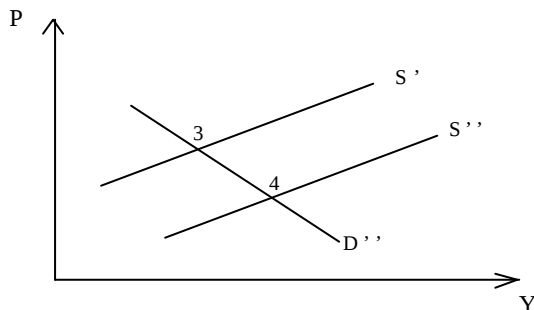
b) Ajuste às medidas pré-eleitorais



c) Medidas pós-eleitorais



d) Ajuste às medidas pós-eleitorais



3.3. Ciclos Políticos de Oferta

No caso brasileiro, o diagnóstico que passou a ser dominante a partir de meados da década de 80 era que os choques de demanda não seriam muito relevantes para explicar oscilações da taxa de inflação. Argumentava-se à época que choques de oferta seriam historicamente os maiores responsáveis pelas mudanças observadas de patamar inflacionário. A operação de choques de oferta deflacionários na magnitude desejada estaria, entretanto, fora do alcance dos *policemakers* e de suas motivações políticas.

Existia uma hipótese alternativa dominante no caso brasileiro sobre a natureza da tendência inflacionária. A hipótese alternativa, a qual se encaixaria melhor na explicação do caso brasileiro era que a tendência resultaria de um padrão rígido de comportamento dos agentes econômicos numa economia

cronicamente inflacionada e indexada. A automática reposição de picos de rendas passadas através de cláusulas de indexação defasadas, implicaria na reprodução automática da inflação passada no presente, dando origem à chamada inércia inflacionária. Na medida que grande parte das cláusulas de indexação, como as atuantes sobre salário, câmbio, aluguéis e tarifas públicas seriam reguladas pelo governo, caberia a ele imposição de regras de transição que retirassem a economia desta armadilha não cooperativa. Nesta perspectiva o combate à inflação passaria por um problema de coordenação a ser resolvido pelo lançamento de políticas de rendas.

O aspecto fundamental em termos da teoria de CPNs é que a aplicação de políticas de renda que atuam diretamente sobre a curva de oferta agregada permitem o combate à inflação sem custos de desemprego. Este efeito é captado através do deslocamento autônomo para baixo da curva de oferta agregada com conseqüentes reduções das taxas de inflação e de desemprego. Em muitos casos a fase pré-eleitoral do ciclo heterodoxo é acompanhada de expansão de demanda para reforçar ainda mais a popularidade dos titulares. Conforme a figura 2a demonstra, se a política de estabilização baseada em oferta for acompanhada de um deslocamento para cima da curva de demanda agregada o efeito será o de simultaneamente aumentar o caráter expansionista e diminuir o aspecto anti-inflacionário do período pré-eleitoral (compare os pontos 1 e 2 na figura 2a). Entretanto, a distinção fundamental que queremos chamar a atenção é que a alta inflação abre a possibilidade de quedas da curva de oferta agregada geradoras de altos dividendos políticos para os responsáveis pela aplicação de políticas de renda.

Uma outra vantagem das medidas que atuam diretamente sobre a curva de oferta agregada como controle de preços e salários, fixação da taxa de câmbio, controle de tarifas públicas e etc. é a rapidez e previsibilidade da velocidade dos seus efeitos a curto prazo. O caminho das políticas de demanda expansionistas tende a ser mais lento e de duração mais incerta o que diminui a sua utilidade no seu uso com motivações político-eleitorais.

A desvantagem das políticas de oferta é o enrijecimento das decisões a nível microeconômico o que além de produzir ineficiências alocativas alimenta as expectativas de futuras intervenções na economia. Estas expectativas podem induzir o aparecimento de comportamentos defensivos contra futuras intervenções por parte dos formadores de preços e salários o que pode elevar as pressões inflacionárias futuras sobre a economia.

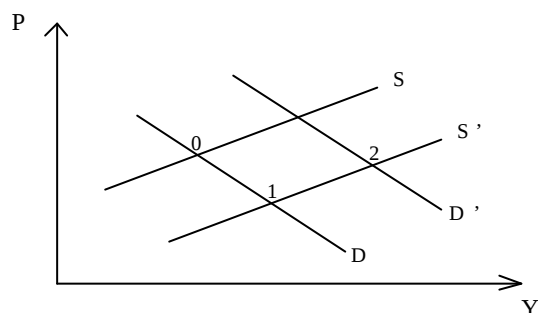
Em suma, as políticas de estabilização baseadas em oferta produzem efeitos mais rápidos mas com menor probabilidade de serem duradouros do que as políticas de demanda. A rapidez e os benefícios sociais de curto prazo associados as políticas de oferta expansionistas explicam a conveniência oportunista do seu uso em períodos pré-eleitorais vis a vis a adoção de políticas de demanda

expansionistas puras. Este é o ponto central a ser identificado na nossa análise empírica. Obviamente, a forma como a transição inflacionária seria implementada pode incorporar elementos não só oportunistas como partidários. Na verdade, os componentes partidários em políticas de oferta tendem a ser mais diretos e óbvios do que no caso de políticas de demanda. Os detalhes destas políticas serão discutidos na próxima seção.

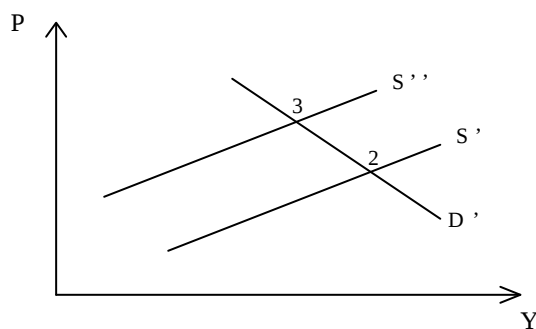
Figura 2

CICLO POLÍTICO DIRIGIDO POR OFERTA (Políticas de Renda)

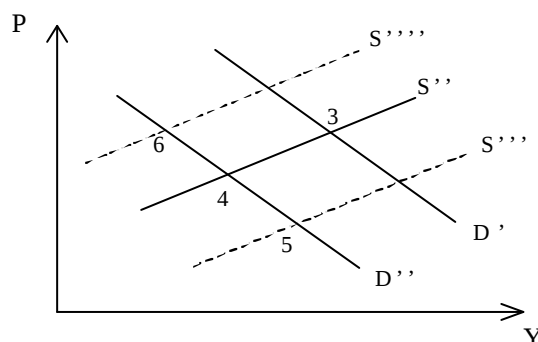
a) Medidas pré-eleitorais heterodoxas



b) Ajuste às medidas pré-eleitorais heterodoxas



c) Medidas pós-eleitorais combinadas



4. Análise Empírica Agregada

A análise será feita levando-se em consideração períodos democráticos, ou seja, na qual houve uma participação legítima da população brasileira na escolha de seus representantes. A análise empírica adotará como prática a análise de cada ano de eleição divididos em períodos pré e pós eleitorais. A análise usará dados agregados e individuais a serem explorados nesta e na próxima seção respectivamente.

4.1. Aspectos Metodológicos

Os dados agregados utilizados permitiram a análise da performance da inflação e do desemprego. A inflação é definida de acordo com dados extraídos do INPC-R (Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE), e o desemprego foram gerados a partir da PME (Pesquisa Mensal de Emprego).

Gráfico 1

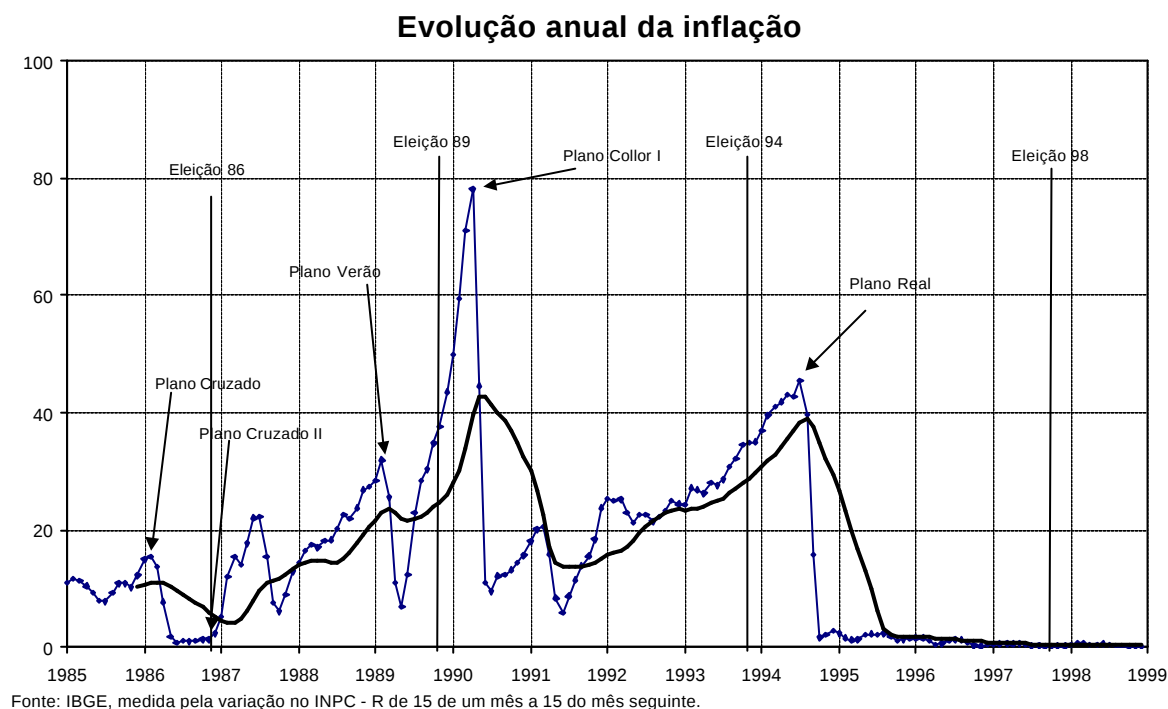
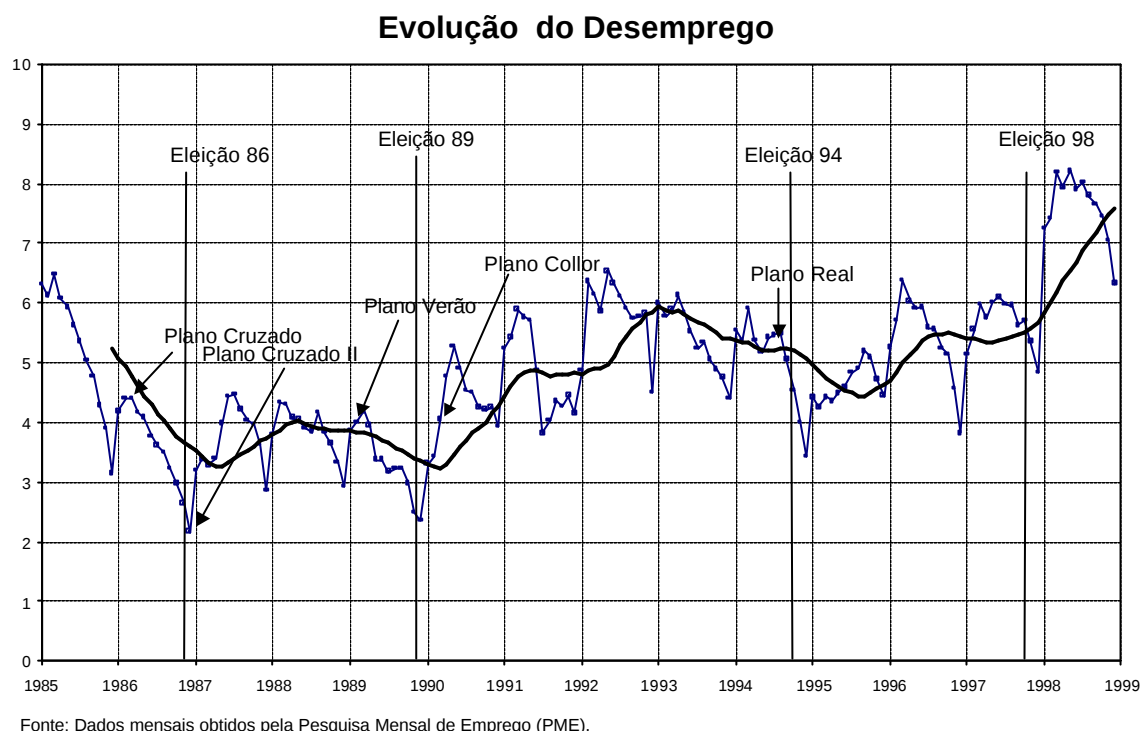


Gráfico 2



A análise empírica agregada se baseará na inspeção visual de séries temporais destas variáveis ao longo dos principais eventos eleitorais ocorridos nos últimos 15 anos. Esta análise será feita usando séries mensais e médias móveis de 12 meses conforme apresentamos nos gráficos 1 e 2. A parte central da análise empírica se refere a análise episódica dos movimentos das variáveis de interesse durante os períodos pré e pós eleitorais. No apêndice apresentamos gráficos detalhados das séries agregadas organizados por evento eleitoral acoplados de uma análise histórica e institucional mais detalhada do que a do texto que se segue.

4.2. Análise Episódica Agregada

Um outro elemento necessário para captar a natureza política do ciclo econômico em uma democracia em formação como a brasileira se refere à incorporação de outros episódios políticos, à parte de eleições, em particular decisões congressuais acerca de extensão de mandato e reeleição presidenciais que afetam o timing e a forma com que os processos eleitorais são implementados. Acreditamos que estas adaptações são fundamentais para o teste da relevância e da natureza dos CPNs no caso brasileiro⁸.

⁸ Paiva(1994) demonstra a existência de ciclos políticos no preço “regulado” de gasolina e Bonomo e Terra (1998) captaram influências de eleições sobre a política cambial, evidenciando assim a importância de ciclos políticos de oferta.

1986 - Eleições Legislativas. Como instituído no modelo de ciclo político de negócios heterodoxo e de acordo com suas características, o período pré-eleitoral relativo ao ano de 1986 é caracterizado por baixas nas taxas de desemprego e de inflação fruto da implementação do Plano Cruzado. Ainda de maneira consistente com motivações políticas, uma semana após a realização de eleições se implanta um novo pacote de natureza impopular com ajuste de tarifas públicas e aumento de impostos que visava corrigir os desequilíbrios gerados durante o ciclo pré-eleitoral: o Plano Cruzado II. Os resultados obtidos dessas medidas foi a aceleração da inflação e aumento da taxa de desemprego.

1989 - Eleições Presidenciais. O período pré eleitoral de 1989 é caracterizado por um período inicial de queda da inflação, causado pelo lançamento de um novo plano de estabilização, porém a partir do meio do ano a inflação volta a subir rapidamente e a elevados patamares juntamente com uma queda substancial do desemprego. Esse período é caracterizado por uma combinação de inflação em alta e de desemprego em baixa.

O lançamento do Plano Collor, logo após a tomada de posse do novo presidente brasileiro ilustra com propriedade a fase pós eleitoral dos CPNs. A principal inovação do plano foi a incorporação de elementos contracionistas de demanda implantados à moda heterodoxa. Isto é, apresentam um grau de intervenção microeconômica sem precedentes com congelamento de ativos financeiros. Além de uma redução substantiva das taxas de inflação, o plano produz a maior recessão da história estatisticamente documentada brasileira.

1994 – Eleições Presidenciais. O período pré-eleitoral relativo ao ano de 1994 é caracterizado por alto crescimento, um baixo desemprego e uma elevada queda da inflação fruto da implementação de um novo plano de estabilização de natureza heterodoxa: o Plano Real. O novo plano econômico reedita com o *boom* pré-eleitoral de outros planos, produzindo tendências declinantes tanto da inflação como do desemprego. Entretanto, como veremos mais adiante os seus efeitos anti-inflacionários se apresentam duradouros o que contraria a perspectiva oportunista dos CPNs.

Entretanto, o período pós eleitoral se encontra em forte desacordo com os diversos modelos de ciclo políticos de negócio apresentados. Pois não só a inflação mantém a tendência descendente como a taxa de desemprego, e em particular a pobreza, persistem numa tendência declinante. Neri (1997) enfatiza a importância da política salarial adotada em 1995 na explicação do contexto econômico observado em 1995.

1998 – Eleições Presidenciais. Ao longo do ano eleitoral de 1998 observamos um aumento substantivo da taxa de desemprego e persistência da tendência declinantes das já baixas taxas de inflação. Esta configuração afastaria, a princípio, o caráter eleitoreiro da política econômica então vigente. Entretanto, se incorporarmos os efeitos de choques de origem externa e as reações de política econômica

a estes choques, os dados relativos a 1998 se encaixam ao modelo de ciclo político de oferta. Ao contrário das três eleições anteriores o governo não teve a oportunidade de gerar um choque de oferta positivo mas de postergar a operação de um choque de oferta com conseqüências impopulares que seria a desvalorização cambial. Nesta perspectiva, o adiamento da desvalorização cambial mediante a aplicação de uma política de juros altos que atraíssem capitais externos ocorrido durante o ano de 1998 pode ser visto como similar a edição de políticas de rendas de choque (incluindo a parte cambial) editadas nos anos pré-eleitorais de 1986, 1989 e 1994.

De fato, quinze dias após a posse do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso o país liberaliza o cambio produzindo um choque de oferta adverso o que a princípio levaria a uma estagflação. Porém, de maneira até certo ponto surpreendente as taxas de inflação e de desemprego sofrem uma deterioração até certo ponto moderada.

Em suma, no caso das eleições de 1998 o caráter de CPNs seria captado não por um boom pré-eleitoral mas pelo adiamento de elementos estagflacionários ligados a operação de choques de oferta adversos de origem cambial. Desta forma, mais uma vez captaríamos a operação do uso de elementos de oferta de motivação nos períodos anteriores e posteriores à eleição de 1998.

5. Análise Empírica a Nível Individual

Apresentamos agora uma análise das oscilações de renda a nível individual durante os referidos episódios eleitorais.

5.1. Aspectos Metodológicos

A PME nos permite acompanhar a trajetória da renda de uma mesma família por curtos intervalos de tempo⁹. Este caráter longitudinal nos permite analisar de forma desagregada as mudanças de renda de um mesmo indivíduo entre dois pontos no tempo.

A opção adotada aqui foi utilizar variações de renda domiciliar per capita do trabalho nos períodos pré e pós eleitorais. O conceito de renda domiciliar per capita tem o grande mérito de sintetizar a influência de vários fatores atuantes sobre todos os membros do domicílio sobre o nível de bem estar individual aí incluindo não só flutuações de renda fruto de mudanças da inflação e do grau de aquecimento do mercado de trabalho dos membros da família que se mantém ocupados como também o efeito-renda de mudanças de ocupação para desocupação (e vice-versa) de todos os membros de um dado domicílio.

A renda domiciliar per capita do trabalho foi medida em períodos quadrimensais. A janela de mensuração de quatro meses consecutivos suaviza as flutuações de curtíssimo prazo e a operação de

distorções geradas por erros de medida, se aproximando de uma medida provavelmente mais relevante para a decisão eleitoral do que a análise de rendas mensais comumente usadas nos trabalhos empíricos brasileiros.

Uma vez feito, mês a mês o processo de agregação das rendas dos diferentes membros do domicílio em termos de renda domiciliar per capita, agregamos quatro meses consecutivos deste conceito de renda. Posteriormente, calculamos a proporção de pessoas que obtiveram aumentos de renda domiciliar per capita entre períodos de 12 meses. O período de 12 meses nos permite neutralizar problemas de sazonalidade.

No cálculo das estatísticas de proporção de indivíduos que melhoraram e dos que pioraram num determinado período eliminamos as variações de renda cujo módulo não excede a 1%. Desta forma, estas estatísticas nos permitem determinar a extensão dos beneficiários e dos prejudicados nos diversos períodos pré e pós eleitorais analisados.

A estatística relativa à proporção de pessoas que obtiveram reduções de renda pode ser interpretada como a distância em termos de proporção de famílias em relação a ocorrência de uma melhora de Pareto da distribuição de renda. Ou seja, estamos medindo diretamente quantos indivíduos faltam para atingirmos a situação até certo ponto utópica de que todos os membros de um determinado grupo melhoraram ou ficaram em posições equivalentes em determinado episódio pré ou pós eleitoral ¹⁰.

Finalmente, as estatísticas a nível individual acima calculadas são agrupadas em seis faixas de anos completos de estudo: 0, 1 a 3, 4 a 7, 8 a 11, 12 a 15 e 16 ou mais. A idéia motivação desta escolha metodológica é dupla: em primeiro lugar, testar a robustez das conclusões extraídas de comparações pré e pós eleitorais. Em segundo lugar, queremos coletar evidências em que medida diferentes camadas sociais são mais ou menos afetadas num determinado contexto político e econômico ¹¹.

5.2. Análise Episódica a Nível Individual

Na análise que se segue comparamos diretamente os períodos pré e pós eleitorais através da quantificação das proporções de rendas domiciliares per capita que caíram neste períodos entre diversas faixas de educação. Os dados referentes a proporção de pessoas que obtiveram ganhos de renda serão também apresentados mas não analisados em detalhe a fim de não sobrecarregar o texto.

⁹ O processo de geração da base de dados longitudinais aqui utilizado bem como a avaliação de vieses de seletividade e erros de mensuração de renda são empreendidos em Neri (1996).

¹⁰ Note-se que a natureza longitudinal dos dados de renda utilizados nos permite relaxar a hipótese de anonimato (ou alternativamente, de que não há inversões de *ranking*) na comparação entre distribuições de renda. Shorrocks (1983) e Barros e Mendonça (1995) oferecem boas discussões sobre o conceito de dominância estocástica que exige a utilização das hipóteses supra mencionadas.

¹¹ Maiores detalhes sobre a metodologia utilizada na análise empírica a nível individual e um elenco mais extenso de estatísticas são encontrados no Apêndice 2.

Eleições de 1986. A comparação pré e pós eleitoral em 1986 revela que a proporção dos indivíduos que obtiveram reduções de renda é superior no ano período pós-eleitoral para todas as faixas de educação. Este resultado é consistente com a existência de motivações oportunistas ligadas aos CPNs. O excesso da proporção de queda de renda no período pós eleitoral atinge o valor mínimo de 17% para a faixa educacional mais alta (16 anos completos de estudo) aumentando monotonicamente a medida que caminhamos para grupos de menor educação até atingir o valor de 35.3% no grupo de analfabetos. Como a maior reversão foi encontrada na cauda inferior dos grupos educacionais o episódio eleitoral apresentaria também um componente populista.

Gráfico 3

**Proporção de Pessoas com Renda Maior que a Inicial
Eleições de 1986**

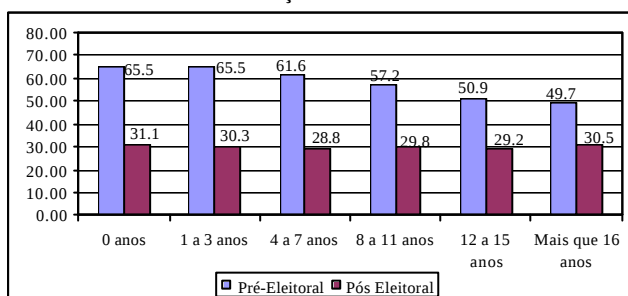
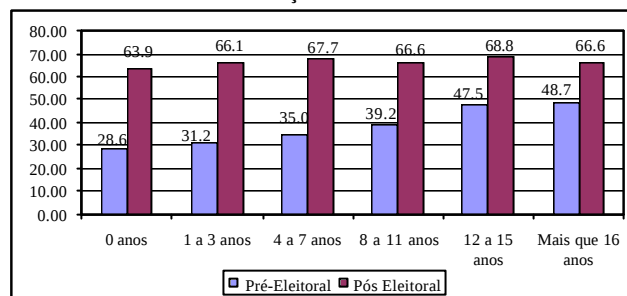


Gráfico4

**Proporção de Pessoas com Renda Menor que a Inicial
Eleições de 1986**



Eleições de 1989. À semelhança de 1986, o ano eleitoral de 1989 apresenta um componente oportunista: o excesso(déficit) da proporção de quedas(aumentos) de renda no período pós eleitoral quando comparado ao período pré-eleitoral é significativo em todas as faixas educacionais observadas. Este excesso é, entretanto, maior nas faixas educacionais mais altas (24.2% para os universitários contra 18,6% para os analfabetos) o que não dá suporte a existência de um viés populista durante as eleições de 1989.

Gráfico 5

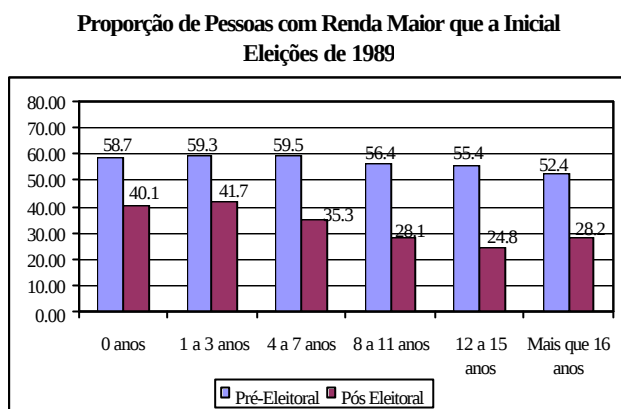
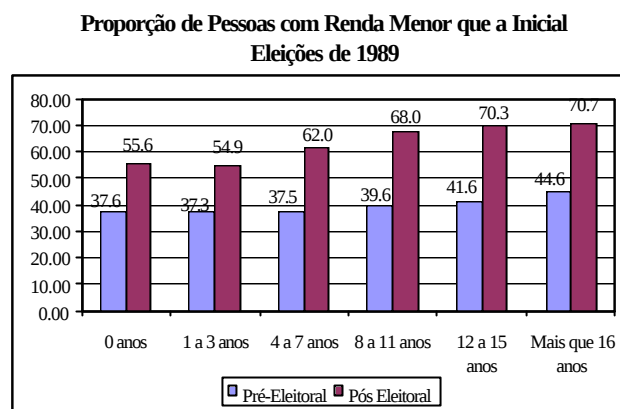


Gráfico6



Eleições de 1994. Conforme observado na análise agregada da seção 4, o período eleitoral relativo ao ano de 1994 não apresenta características oportunistas: cinco dos seis grupos analisados apresentam melhor desempenho de renda no período pós-eleitoral (a exceção é o grupo de universitários). Os grandes beneficiários do surpreendente (na ótica dos CPNs) boom pós eleitoral são os analfabetos (e.g., 26.9% (67.8%) dos analfabetos percebem reduções (ganhos) renda contra 40.9% (54.5%) dos universitários) enquanto no período pré eleitoral as perdas e ganhos de renda estão mais uniformemente distribuídos (e.g., 36.3% (55.8%) dos analfabetos percebem perdas (ganhos) de renda contra 33.9% (59.7%) dos universitários). Neste sentido teríamos um ciclo populista. pós-eleitoral de difícil interpretação eleitoral. Em suma, o plano Real reedita com o *boom* pré-eleitoral de outros planos. Estes efeitos se apresentam não só duradouros como crescem no período pós eleitoral principalmente nos grupos mais desfavorecidos. Esta configuração contraria tanto a perspectiva oportunista como a perspectiva populista dos CPNs.

Gráfico 7

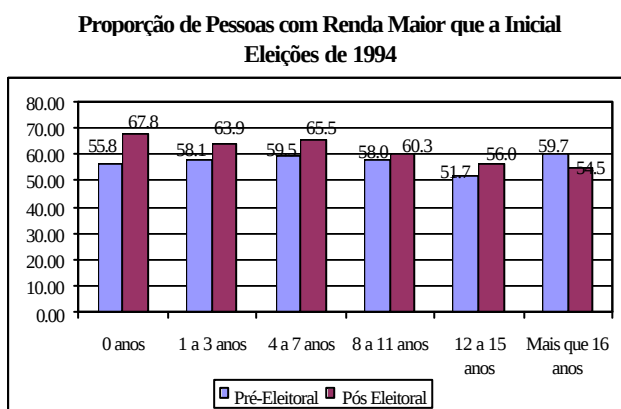
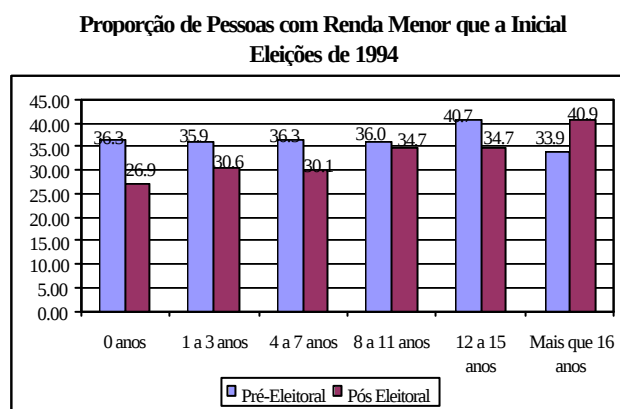


Gráfico8



Eleições de 1998. Ao longo do ano eleitoral de 1998 observamos proporções de aumento de renda em níveis bastante superiores aos observados nos três episódios pré-eleitorais anteriormente analisados. Por exemplo, a proporção de analfabetos com reduções de renda nos períodos pré-eleitorais de 1986, 1989, 1994 é de 28.6%, 37.6%, 36.3%, contra 49.6% na correspondente fase de 1998.. Esta configuração seria inconsistente com o caráter eleitoreiro da política econômica vigente no período. Entretanto, pode-se argumentar que dada a operação de choques externos o governo não teve a propriamente a oportunidade de gerar um ambiente eleitoral propício mas apenas postergar a adoção de medidas impopulares (e.g., desvalorização cambial). Em quatro dos seis grupos educacionais, o desempenho observado no período pós-eleições de 1998 (e pós desvalorização cambial) é inferior ao observado no período pré eleitoral. Porém, a diferença de desempenho pré e pós eleitoral é pequena do ponto de vista substantivo.

Gráfico 9

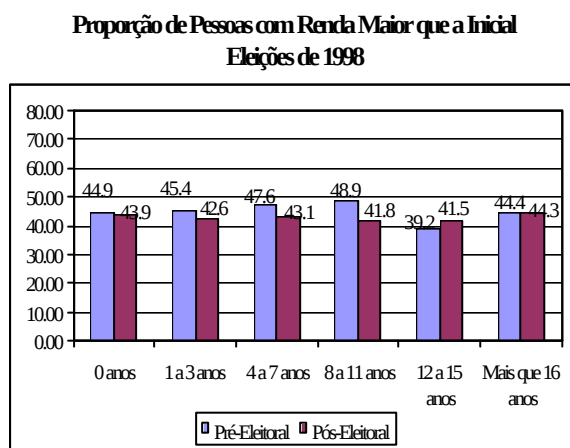
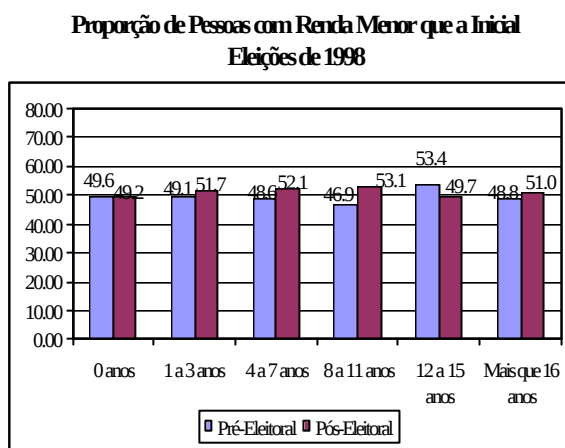


Gráfico 10



6. Conclusões

O presente trabalho visou três objetivos, a saber: em primeiro lugar, expor a literatura sobre a teoria dos CPNs de maneira didática. Em segundo lugar, adaptar a análise dos CPNs ao contexto brasileiro. Finalmente, testar a relevância empírica dos CPNs no Brasil durante o período da Nova Democracia instalado no país a partir de 1985.

A principal característica dos CPNs são reduções do nível de desemprego em períodos pré-eleitorais, resultante de influências políticas oportunistas com o objetivo de proporcionar um ambiente positivo capaz de influenciar o resultado eleitoral. Entretanto, o período pós-sufrágio é caracterizado por um crescimento do nível geral de preços na economia cuja consequência é a adoção de políticas macroeconômicas anti-inflacionárias.

Alguns modelos de ciclos político encontrados na literatura enfatizam a adoção de políticas partidárias. Nesses modelos diferentes políticas representam diferentes constituintes. Mais especificamente, os partidos de esquerda estão mais preocupados com o problema do desemprego, e os

partidos de direita com a inflação. No presente trabalho privilegiamos ao invés a noção de populismo, definido empiricamente como aumentos transitórios das faixas da população menos educada em períodos pré-eleitorais.

Outra adaptação da teoria de CPNs que julgamos fundamental à análise do caso brasileiro é a de incorporar os efeitos de elementos de oferta/políticas de renda tais como políticas salariais e de tecnologias de combate à inflação de natureza heterodoxa. Estas políticas permitem quedas simultâneas da inflação e do desemprego através do ataque frontal ao componente de inércia inflacionária. Argumentamos que estas políticas conseguem em muitos casos atender motivações oportunistas e populistas de maneira superior às políticas que exploram através de políticas de demanda expansionistas o tradeoff entre inflação e desemprego implícito na curva de Phillips abordadas na literatura tradicional de CPNs.

Em termos empíricos o artigo realizou uma análise episódica dos períodos imediatamente anteriores e posteriores às eleições ocorridas em 1986, 1989, 1994 e 1998, verificando a sua aderência ou não às predições dos CPNs. Utilizamos para este fim séries agregadas de inflação e de desemprego e dados longitudinais a nível individual. Este último instrumental nos permitiu precisar com mais clareza a natureza oportunista e/não populista da política econômica utilizada através da identificação de segmentos ganhadores e perdedores nas diversas fases dos processos eleitorais.

Os principais resultados do artigo são os seguintes: em primeiro lugar, os episódios eleitorais de 1986 e 1989 apresentam fortes componentes oportunistas. Sendo o primeiro também marcado por elementos populistas.

Em segundo lugar, apesar do período pré-eleitoral de 1994 apresentar, a princípio, traços semelhantes aos períodos que antecederam as duas eleições anteriores, o período pós eleitoral apresenta, entretanto, ganhos ainda mais expressivos que o período pré eleitoral. A motivação político-eleitoral do episódio de 1994 possa talvez ser justificada através da incorporação de decisões congressuais acerca da possibilidade de reeleição do presidente. Neste sentido, este episódio chama a atenção para a necessidade em uma democracia em formação como a brasileira de incorporação de outros episódios políticos, à parte de eleições, em particular decisões que afetam o timing e a forma com que os processos eleitorais são implementados.

Finalmente, no último episódio analisado relativo ao ano de 1998 observamos proporções de reduções de renda em níveis bastante superiores aos observados nos três episódios pré-eleitorais anteriormente analisados. Esta configuração seria inconsistente com o caráter eleitoreiro da política econômica vigente no período. Entretanto, pode-se argumentar que dada a operação de choques externos o governo não teve a propriamente a oportunidade de gerar um ambiente eleitoral propício mas apenas

postergar a adoção de medidas impopulares (e.g., desvalorização cambial). O desempenho observado no período pós-eleições de 1998 é inferior ao observado no período pré eleitoral, porém a diferença de desempenho pré e pós eleitoral é pequena do ponto de vista substantivo.

APÊNDICE 1

Este apêndice realiza uma análise episódica mais detalhada da performance econômica medida através de taxas de desemprego e de inflação nos diversos episódios eleitorais analisados na seção 4 do artigo.

A.1. Visão geral

Tabela A.1.
Quadro político e política econômica
1986-1999

Ano	Presidente	Ministro da economia	Política econômica
1986	José Sarney	Dilson Funaro	Plano Cruzado
1987		Dilson Funaro	Plano Cruzado II
		Bresser Pereira	Plano Bresser
1988		Maílson da Nóbrega	Arroz e Feijão
1989		Maílson da Nóbrega	Plano Verão
1990	Collor	Zélia Cardoso de Mello	Plano Collor
1991		Zélia Cardoso de Mello	Plano Collor II
1992		Marcílio M. Moreira	Ortodoxia
1993	Itamar Franco	Gustavo Krause	Transição
		Paulo Haddad	
		Eliseu Resende	
1994		Fernando Henrique Cardoso	Plano Real
1995	Fernando H. Cardoso	Pedro Malan	Consolidação do Plano Real
1996			
1997			
1999			
1999	Fernando H. Cardoso	Pedro Malan	Desvalorização Cambial

O quadro acima pode ser resumido em quatro períodos presidenciais, a saber: o período de 1986 a 1989 do governo de Sarney, o período de 1990 a 1992 do governo Collor, o período de 1993 do governo

de Itamar Franco e o período de 1994 a 1998 do governo atual de Fernando Henrique Cardoso. Passamos agora a uma breve descrição dos principais planos econômicos implantados em anos pré ou pós eleitorais da nova democracia brasileira.

Plano Cruzado (fevereiro de 1986 a novembro de 1986). Esse período é caracterizado pelo congelamento dos preços finais dos produtos, de um congelamento seguido de reajustes reais dos salários, com a imposição de um gatilho automático que disparava a cada vez que o índice de preço ao consumidor tivesse aumentado 20% em relação ao reajuste anterior ou a base anual de cada categoria trabalhista, proibição de cláusula de contratos com menos de um ano e a criação de uma nova moeda, o cruzado.

Plano Cruzado II (novembro de 1986 a junho de 1987). Esse período é caracterizado por um novo programa de ajuste cujo foco era um alinhamento de preços de produtos de consumo da classe média e aumentos de impostos que incidiam sobre eles, minidesvalorizações cambiais, medidas fiscais para os poupadores.

Plano Verão (janeiro de 1989 a fevereiro de 1990). Esse período é caracterizado por medidas que consistiam basicamente em: congelamento de preços e salários, eliminação da indexação, exceto para depósito em poupança, introdução de uma nova moeda “Cruzado Novo”, restringir a expansão monetária e creditícia, suspensão da conversão de dívidas em capital de giro e desvalorização cambial da ordem de 17,73%.

Plano Collor (março de 1990). Esse período é caracterizado por um programa anti-inflacionário com um grande impacto sobre a economia, caracterizados pelas seguintes aplicações: redução extraordinária de liquidez, o que causou forte impacto recessivo, a cobrança de um imposto extraordinário sobre ativos financeiros, a suspensão do serviço da dívida e o atraso no pagamento a fornecedores, congelamento de preços e salários com posterior reajuste de acordo com a inflação esperada, abertura comercial com uma redução gradual de tarifas.

Plano Real (Julho de 1994). O ano de 1994 é credenciado pela implementação do Plano Real que buscou a estabilidade da moeda através da introdução de mecanismo para equilibrar o orçamento, o estabelecimento de uma unidade de conta para alinhar os preços relativos, a Unidade Real de Valor (URV) e por fim a conversão desta nova unidade numa nova moeda: o Real.

A.2. Análise de Episódica Detalhada

Passemos agora a uma análise episódica mais detalhada da performance econômica medida através de taxas de desemprego e de inflação nos diversos episódios eleitorais analisados.

1986: períodos pré e pós-eleitorais.

A análise das mudanças do período pré e pós-eleitoral será dividido em dois estágios: primeiro, o período pré-eleitoral do Plano Cruzado (fevereiro/86 a novembro/86) em relação a inflação e o desemprego, relacionando-a com possíveis motivações eleitorais ligadas ao sufrágio de novembro (a primeira do período da Nova Democracia). O segundo estágio relacionará o período pós-eleitoral (novembro/86 a junho/87); caracterizado pelo lançamento por um novo plano econômico lançado logo após as eleições; chamado de Plano Cruzado II e seu impacto sobre as variáveis sociais acima relacionadas na tentativa de corrigir as distorções econômicas oportunistas.

1986 - Pré-Eleitoral

O período pré-eleitoral foi caracterizado pelo primeiro de uma série de tentativas de planos de estabilização malsucedidas, sendo este em especial com claras características eleitorais com uma queda brusca da inflação, um grande crescimento econômico levando a forte declínio no desemprego, existindo dessa maneira uma relação positiva entre inflação e pobreza e desemprego e pobreza, uma vez que um forte declínio da inflação foi acompanhado por uma queda brusca da pobreza, juntamente com menor número de desemprego, entretanto não a nenhuma relação inversa em relação a Curva de Phillips, uma vez que uma queda da inflação foi acompanhada por uma igualmente queda do desemprego. As implicações poderiam então ser assim relacionadas:

Inflação. Ponto de crucial importância para o governo uma vez que tornara-se a base de sua popularidade e de seu sucesso econômico do governo; o Plano Cruzado foi incumbido em sua essência interromper de imediato uma inflação que parecia estar fugindo do controle, uma vez diagnosticado que forças inerciais desempenhavam um papel fundamental no impulso inflacionário, através de processos como indexação salarial e financeira, a taxa de câmbio regulada por minidesvalorizações, a formação de expectativas e a dispersão de preços relativos. A taxa mensal de inflação, medida pela variação no INPC caiu de 15,38% em fevereiro de 1986 para 13,73% em março, para 7,72% em abril, para 1,79% em maio, chegando a 0,75% em junho conforme o gráfico 3.3.1.1.

Desemprego. Em níveis que como podemos observar abaixo mês após mês no período anterior a eleição mostrado no gráfico 3.3.1.2 . Isto pode ser relacionado com o “boom” de crescimento que o Plano Cruzado resultou durante esse período. Os elevados gastos dos consumidores foram estimulados pela política econômica adotada de significativos aumentos reais de salários, pela eliminação da indexação dos depósitos em poupança, que provocou uma fuga dessas contas em direção aos bens de consumo, uma vez que muitos produtos estavam com preços com preços relativos defasados em relação a época do congelamento. A medida que esse crescimento continuava muitos setores aproximavam-se da capacidade plena, gerando uma substancial oferta de vagas e reduções da taxa de desemprego.

1986/87 - Pós-Eleitoral

Com o fracasso do Plano Cruzado e iniciado uma nova tentativa de estabilização com o Plano Cruzado II, os resultados foram desastrosos em relação a inflação e o desemprego. A inflação aumentou novamente chegando a valores superiores ao observados antes do Plano Cruzado, juntamente com o crescimento do desemprego. As implicações poderiam então ser assim relacionadas:

Inflação. Logo após o lançamento do Plano Cruzado II , cujo objetivo era o realinhamento dos preços de produtos de consumo da “classe média” e aumentos de impostos que incidiam sobre eles. Os preços dos automóveis por exemplo foram reajustados em 80%, as tarifas dos serviços públicos, em 35%, os combustíveis em 60% ; cigarros e bebidas alcoólicas, em 100%; açúcar em 60%, leite e laticínio sem 100%; reinstituindo a minidesvalorização cambial e lançaram novos incentivos fiscais para os poupadores, medidas essas que visavam esfriar o consumo. Dessa forma a inflação reacendeu e em janeiro de 87 já havia subido para 5,26% e a explosão inflacionária continuou nos meses seguintes , atingindo 11,94% em fevereiro, e chegando a 22,04% em junho como mostra o gráfico abaixo 3.3.1.4.

Desemprego: O período posterior ao lançamento do plano Cruzado II pode ser caracterizado como de estagflação, pois além de elevação das taxas mensais de inflação a novos recordes observamos uma rápida reversão dos níveis de atividade da economia. A taxa de desemprego aumentou de % em Dezembro de 1997 para % em maio.

1989: períodos pré e pós-eleitorais.

Os períodos pré e pós-eleitorais de 1989 serão respectivamente definidos como: o período antes das eleições, iniciado a partir do lançamento do Plano Verão (janeiro/89) e o período após a posse do novo governo eleito (Março/90); caracterizado pelos efeitos do Plano Collor I e seu impacto sobre as variáveis macroeconômicas.

1989 – Período Pré-eleitoral

Inflação. À medida que reajustes preventivos de preços devido as expectativas de um novo choque na economia com um novo programa de estabilização a inflação atinge novos recordes em Janeiro de 1989. O impacto do Plano Verão foi ainda mais breve do que o dos planos heterodoxos anteriores, uma vez que as políticas heterodoxas anteriores para combater a inflação tornaram-se fraca perante decretos

oficiais para congelar e desindexar preços. A baixa credibilidade desses instrumentos e as expectativas negativas dos agentes econômicos resultaram no uso de medidas extralegis para aumentar os preços. Portanto de uma taxa mensal de 28,29% em janeiro de 1989, para 6,97% em maio, sendo que a partir daí a taxa aumentou acentuadamente, atingindo 30,26% em setembro e chegando ao seu final em dezembro a uma taxa de 59,51% conforme a tabela 3.4.1.1.

Desemprego. A taxa de desemprego teve apenas um pequeno declínio durante o período, em seu início a taxa era de 3,99% porém em dezembro a taxa chegou a 2,36% devido principalmente a fatores sazonais como contratações para serviços e comércio para comemorações de fim de ano, conforme mostra o gráfico 3.4.1.2.

1990 – Pós Eleitoral

Em março de 1990 Fernando Collor assume a presidência da república com uma plataforma política de introduzir uma maneira de acabar com a inflação com uma única medida, já que na época estava próxima da hiperinflação e de modernizar a economia através de medidas de liberalização. Como medida imediata introduziu um novo programa de estabilização chamado de Plano Collor I. As implicações podem então ser assim relacionadas:

Inflação. O impacto imediato causado pelo plano foi uma extraordinária redução da liquidez do país, visto que os meios de pagamento do país caíram de cerca de 30% para 9%. A inflação caiu de um patamar de 78,04% em março de 1990 para 9,45% em julho conforme mostra o gráfico abaixo 3.1.4.4, porém após essa queda a inflação voltou novamente para um movimento ascendente como resultado do relaxamento do controle de preços e salários e do processo de remonetização, uma vez que o medo de uma recessão e as pressões exercidas por vários grupos socioeconômicos levou o governo a liberar muitos ativos financeiros bloqueados antes do programado.

Desemprego. A brusca diminuição da liquidez na economia conduziu a um forte impacto recessivo, a queda da atividade econômica chegou a tal ponto de ocorrer um crescimento negativo no segundo semestre de 1990, entretanto a economia terminou o ano com um declínio total de 4,4% do PIB, outros fatores que contribuíram para um aumento no nível de desemprego como pode ser visto no gráfico 3.4.1.5, foi o processo de liberalização que provocou um choque na economia, as empresas para se manterem competitivas com os produtos importados precisavam reduzir seus custos e se modernizarem rapidamente com riscos de perderem mercado para os importados, outro fator de contribuição foi a queda das exportações motivada pela sobrevalorização do cruzeiro devido a flutuação do câmbio.

1994: Período pré e pós-eleitorais.

O Plano Real foi o mais bem sucedido das últimas décadas. O período de janeiro a outubro de 1994 é caracterizado por três estágios no qual se consolidou o Plano Real, o primeiro estágio se firmou num orçamento equilibrado, para isso porém requeria através do Congresso uma emenda constitucional aprovando um Fundo Social de Emergência, a aprovação em fevereiro trouxe um reconhecimento político, com esse apoio político o governo introduziu em 1 de março a URV(Unidade Real de Valor), com uma única finalidade de alinhar os preços relativos na economia, após este período de conversões a equipe econômica implementou em 1 de julho de 1994, uma nova moeda, agora chamada de Real. Com esta mudança bem sucedida, com uma inflação claramente em queda, sem congelamento de preços, sem confiscos de ativos, sem recessão (com aceleração significativa da atividade econômica), como ocorridos em tentativas fracassadas de planos anteriores, o então Ministro da Fazenda , Fernando Henrique Cardoso, com um súbito aumento de sua popularidade junto a opinião pública, não só como político e intelectual, mas como autor de um bem sucedido Plano de Estabilização, licenciou-se em abril de 1994 para se candidatar à Presidência da República tendo como plataforma política a manutenção do Plano de Estabilização.

1994 - Pré-Eleitoral

Inflação. Um novo sistema de indexação foi introduzido no final de fevereiro de 1994 e consistia em um indexador chamado URV (Unidade Real de Valor), a qual estava vinculada ao dólar na paridade de um por um, a cotação em cruzeiros reais aumentava diariamente vinculada a índices de inflação; segundo a inflação predominante. Os preços oficiais, contratos e impostos foram convertidos em URV e o governo estimulou seu uso numa base voluntária pelos agentes econômicos particulares; gradualmente um crescente número de preços foram expressos em URV, apesar das transações ocorrerem em cruzeiros reais; entretanto em meados de 1994, mais precisamente em 1º de julho à medida que uma crescente parcela de preços era cotada em URV foi introduzido o Real, inicialmente houve uma onda de aumento de preços aproveitando-se da confusão inicial do público em relação aos preços relativos na nova moeda e o medo de um novo congelamento de preços, o que havia sido habitual em tentativas de estabilização anteriores. Os resultados iniciais relativos a inflação foram positivos, a inflação baixou de cerca de 45,46% em seu lançamento em julho para 15,7% em setembro e para 1,62% em outubro(mês do primeiro turno para eleições presidenciais) conforme o gráfico 3.5.1.1.

Desemprego. O desemprego teve um desempenho impressionante apesar de que com a introdução da nova moeda o governo adotou uma política monetária restritiva com elevadas taxas de juros afim de conter o consumo e desencorajar uma estocagem especulativa, porém a taxa de crescimento da economia

foi significativa; no período anterior ao lançamento da nova moeda a economia já crescia num ritmo acelerado, atingindo uma média de 4,3% ao ano na primeira metade do ano, a partir então da segunda metade subiu para uma média de 5,1%, essas elevadas taxas de crescimento se basearam no aumento das vendas, esse fato se refletiu principalmente no poder aquisitivo dos grupos de renda mais baixa cujos rendimentos sofreram um impulso devido ao desaparecimento das perdas mensais frente a elevadas taxas de inflação. Diante desse quadro de crescimento e sendo um período pré-eleitoral a economia teve uma significativa queda no desemprego caindo de 5,49% em julho de 1994 para 4,53% em setembro e atingindo 4% em outubro de 1994 conforme gráfico 3.5.1.2. mostra.

1995 – Pós-Eleitoral

Relativo ao ano de 1995, o primeiro depois do lançamento do Plano Real, a economia continuou a ter um bom desempenho econômico, a inflação alternava patamares em torno de 1,1% a 2,32% durante o ano, enquanto o desemprego alternava-se entre 4,25% a 5,19% aumentando nos períodos de menor inflação e declinando nos períodos de maior inflação, como estaria previsto na Curva de Phillips.

O custo político do governo como vai ser demonstrado na seção posterior no período pré-eleitoral foi que com a manutenção da estabilidade econômica com índices de inflação jamais alcançados pelos planos anteriores.

1998: períodos pré e pós-eleitorais.

Como instituído no modelo de ciclo político oportunista embora não de acordo com suas características o período pré-eleitoral relativo ao ano de 1998 é caracterizado por uma inflação próxima de zero e uma taxa de desemprego recorde. Entretanto uma forte demonstração de oportunismo foi demonstrada quando o governo evitou o ajuste das contas públicas e principalmente da taxa de câmbio num ano eleitoral. Seguindo o modelo oportunista, este requerido ajuste foi implementado após a nova posse .

Após as eleições a política cambial foi alterada passando do câmbio fixo para o flutuante com o sentido de alterar o resultado da Balança de Pagamento (deficitária para superavitária) e corrigir a taxa de câmbio real, porém gerando alguns desconfortos medidos tanto em termos de alta da taxa de inflação como de desemprego. A análise das mudanças do período pré (janeiro/98 a outubro/98) e pós-eleitoral (outubro/98 a abril/99).

Descreverei as variações das taxas de desemprego e de inflação relacionadas a choques externos causados pela crise na Ásia de outubro de 1997 e de choques na economia causadas pela desvalorização cambial após as eleições.

1998 – Pré-Eleitoral

Inflação. A evolução da inflação durante o período pré-eleitoral de 1998 é constituída por valores entre 0% e 1% até meados do ano, ou seja, aproximadamente até junho, seguindo a partir daí uma trajetória de queda mesmo diante de um período eleitoral onde geralmente ocorre um aquecimento da economia; porém choques provocado pela crise asiática e pela moratória da Rússia elevaram fortemente as taxas de juros, atingindo um dos mais altos índices do mundo, provocando dessa forma uma violenta retração da economia que acabou provocando uma queda nos preços das mercadorias e consequentemente nos índices de inflação, conforme demonstra o gráfico 3.5.1.1.

Desemprego. Com a economia praticamente estagnada provocado principalmente pelos choques externos da crise asiática e pela moratória da Rússia, tendo como consequência um forte aumento dos juros, o desemprego no início de 98 começou a subir chegando a 8,2% em maio de 98 e atingindo uma média de 7,59% no ano, a maior média desde a constituição do período analisado na Nova Democracia(86-98), conforme demonstra o gráfico 3.5.1.2.

1999 – Pós-Eleitoral

O período pós-eleitoral é marcado pela desvalorização do câmbio; esse ajuste porém foi feito após as eleições, uma vez que a economia no seu período pré-eleitoral corria ainda um risco grande de sofrer um ataque especulativo dada a fragilidade em que se encontravam suas contas; que podem ser definidas como as contas externas ou as contas internas, que representam respectivamente a balança de pagamentos e o déficit público, uma porém sendo subproduto da outra, e ser obrigado até mesmo a não honrar compromissos externos por incapacidade de possuir reservas para tais fins, entretanto esse ajuste causaria um transtorno para a economia em geral; para as variáveis sociais; como podemos ver a desvalorização elevou o nível inflacionário, uma vez que o câmbio mais alto provocou uma alta nos preços dos produtos, constituídos em grande parte por produtos importados, ou como matéria-prima para sua composição; ocasionou um maior desemprego provocado por um aumento forte nos juros com igual retração na economia e como consequência desses fatos e mostrando uma forte relação positiva entre desemprego e pobreza e inflação e pobreza, portanto numa tentativa de se evitar tais acontecimentos e de perder as eleições o governo adiou o ajuste para o período pós-eleitoral.

Gráfico 10

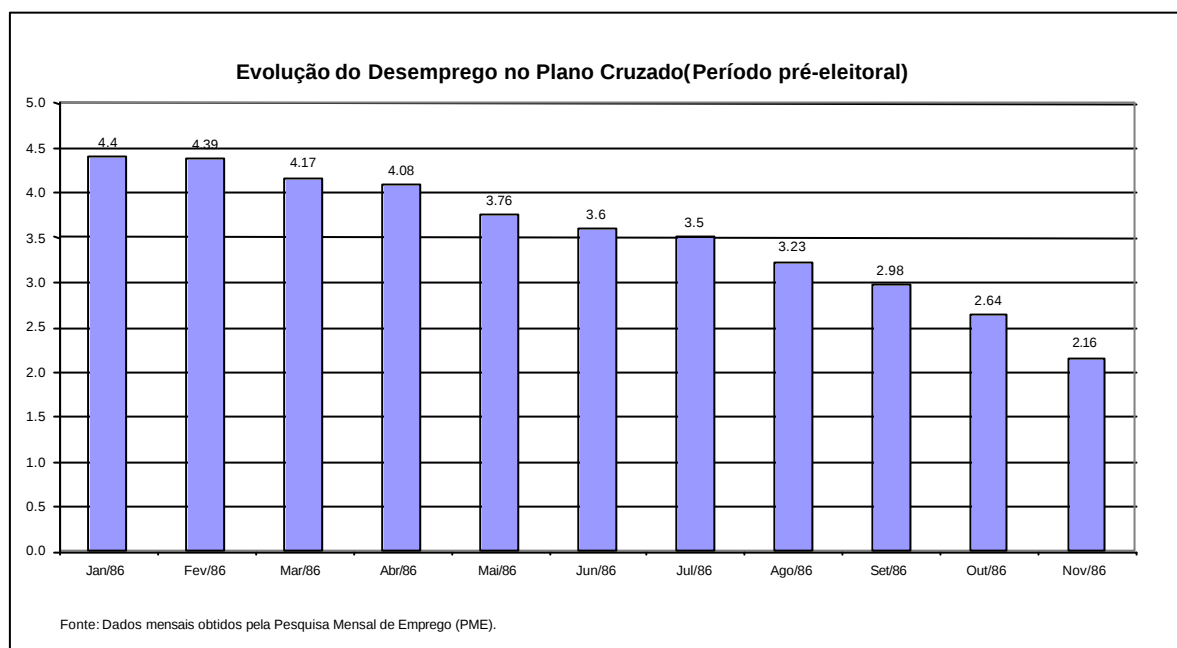


Gráfico 11

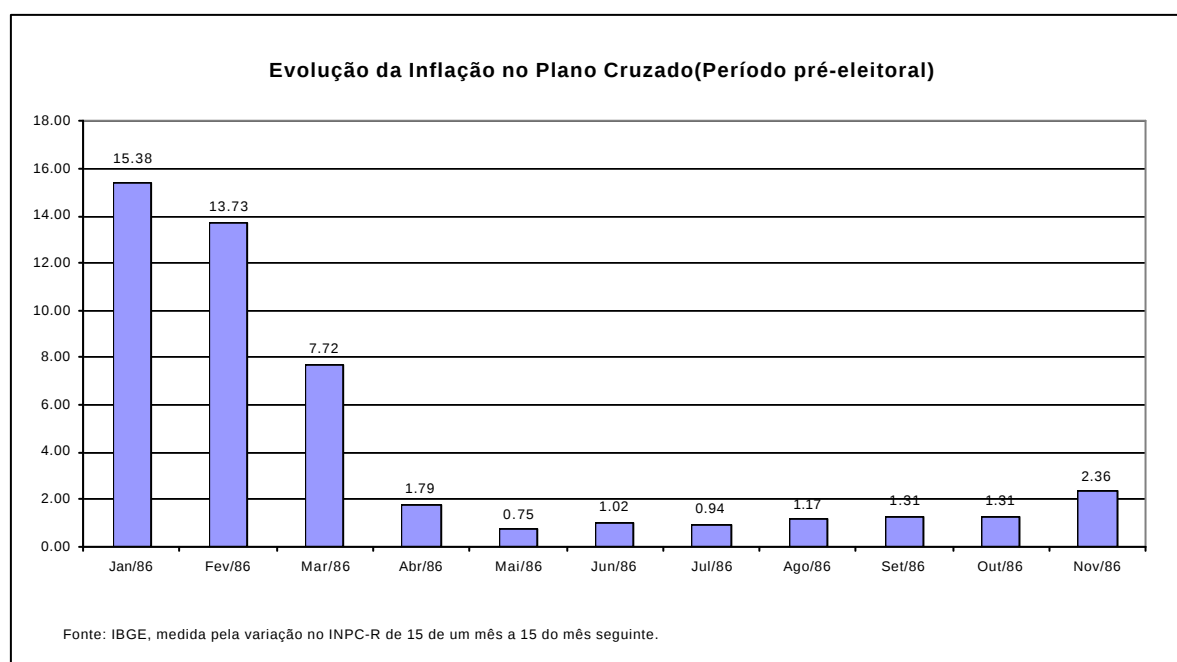


Gráfico 12

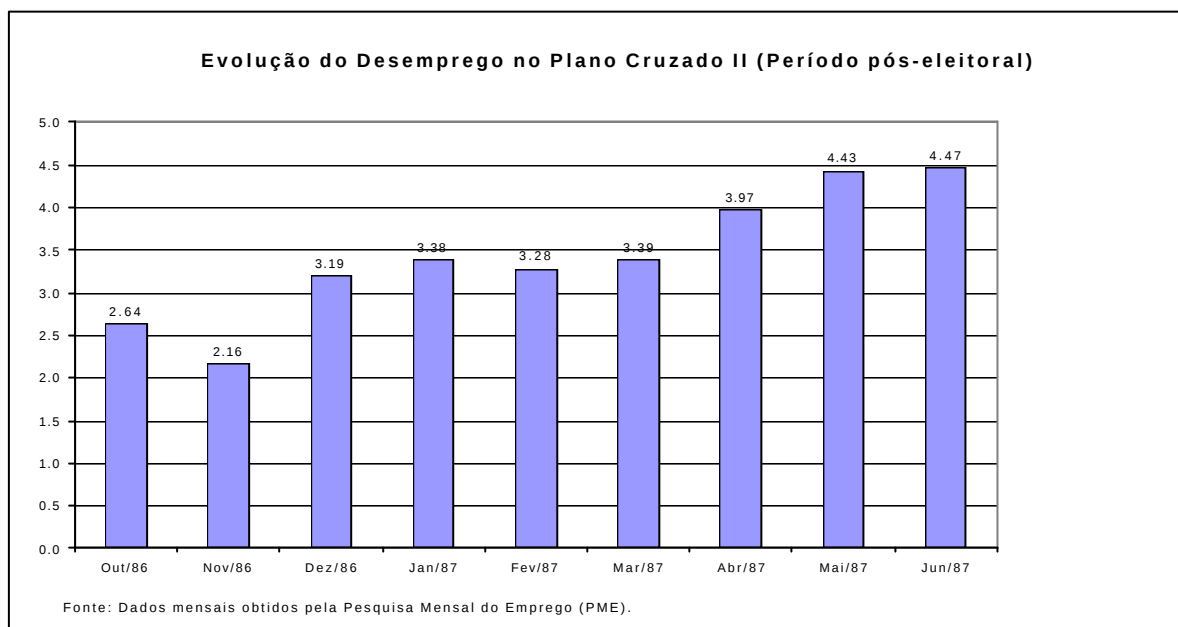


Gráfico 13

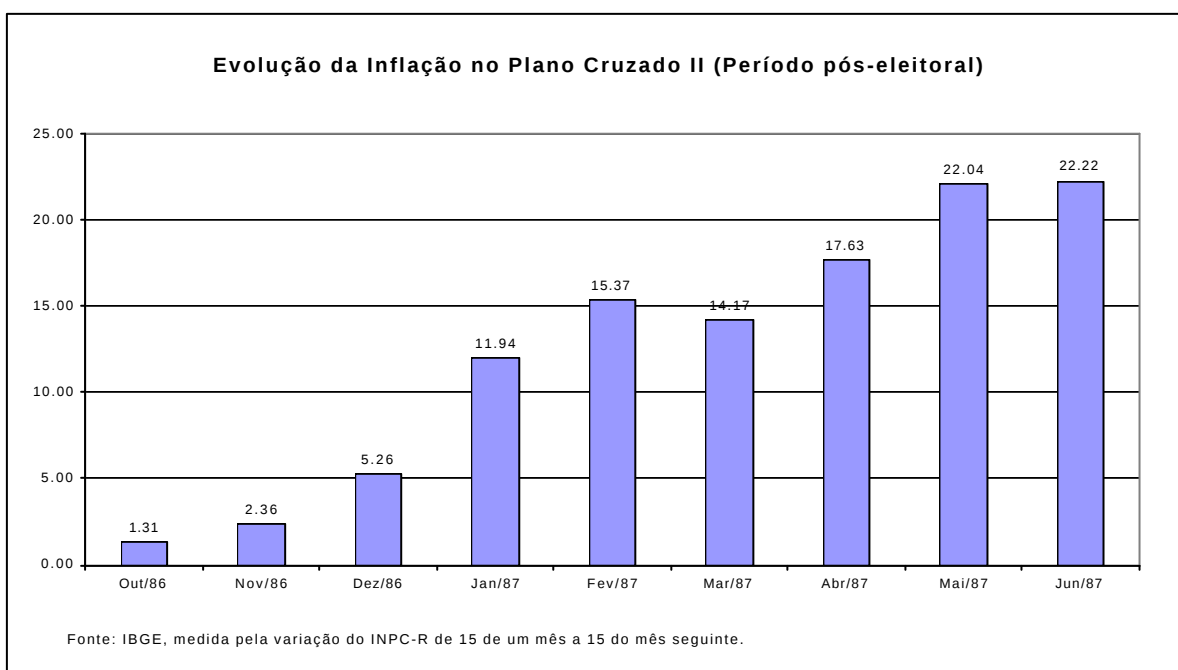
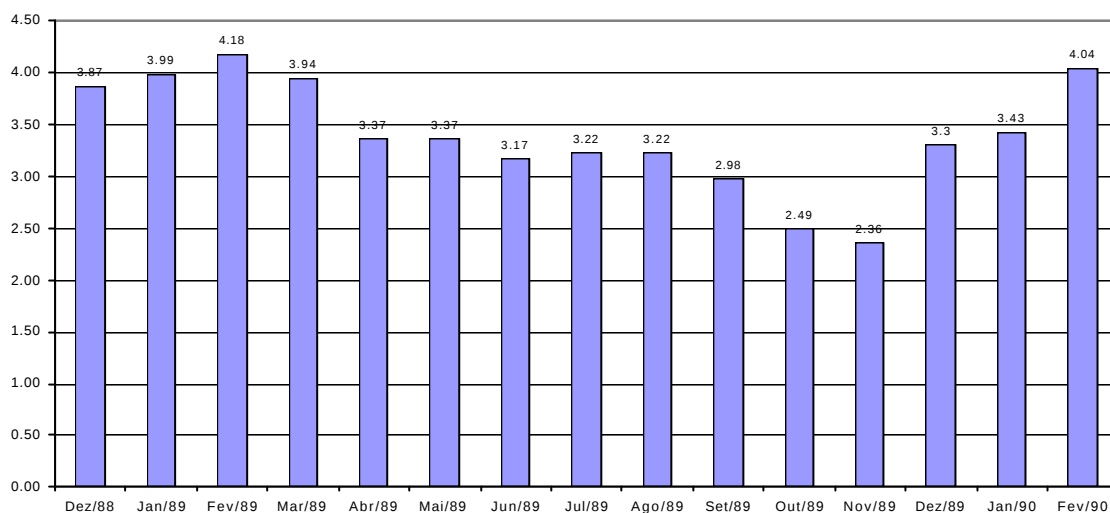


Gráfico 14

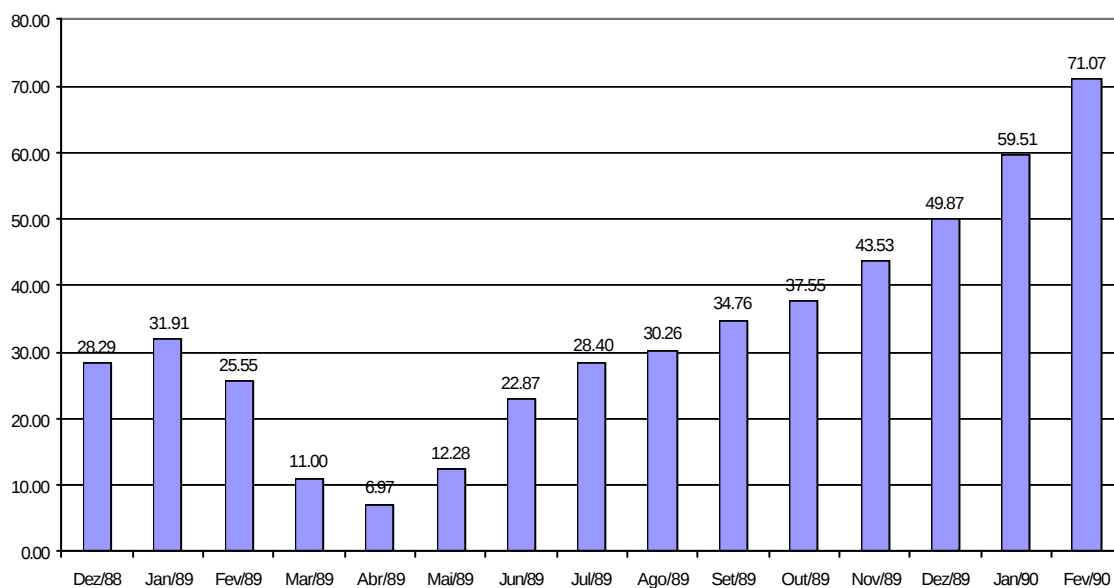
Evolução do Desemprego no Plano Verão(Período pré-eleitoral)



Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

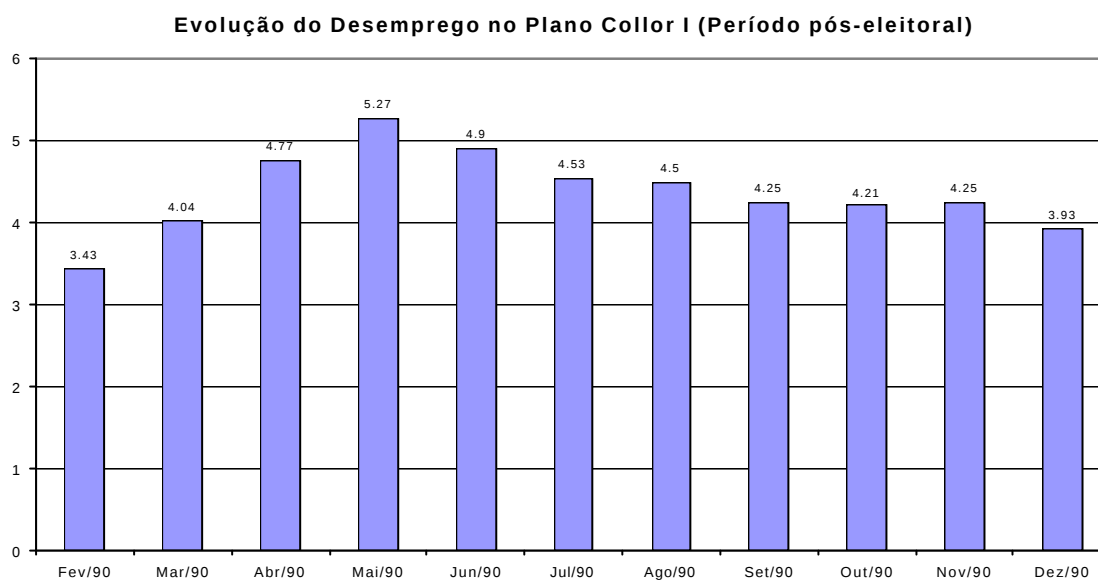
Gráfico 15

Evolução da Inflação no Plano Verão (Período pré-eleitoral)



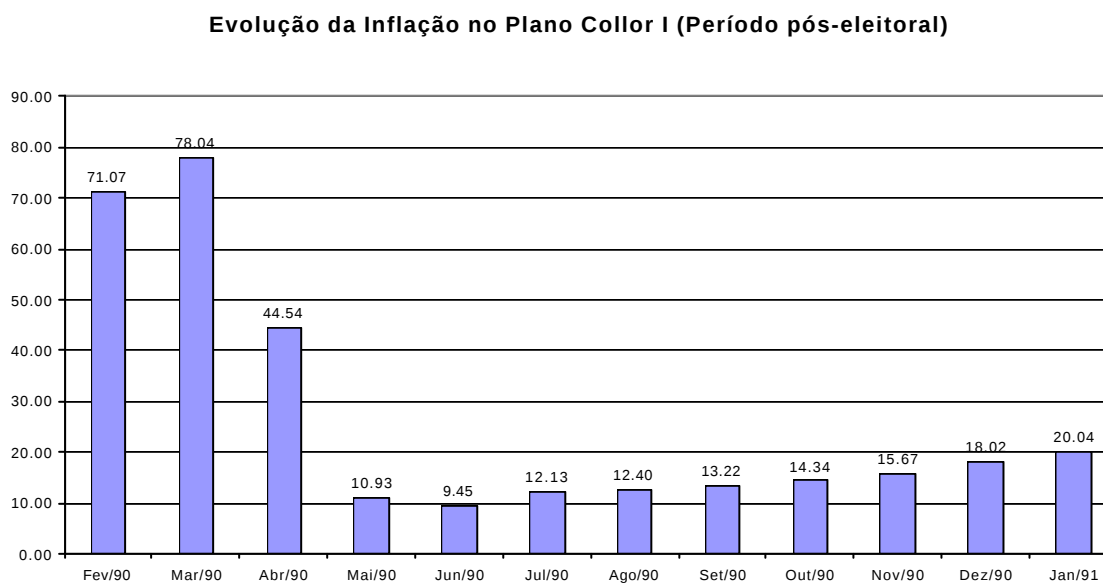
Fonte: IBGE, medida pela variação do INPC-R de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.

Gráfico 16



Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

Gráfico 17



Fonte: IBGE, medida pela variação do INPC-R de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.

Gráfico 18

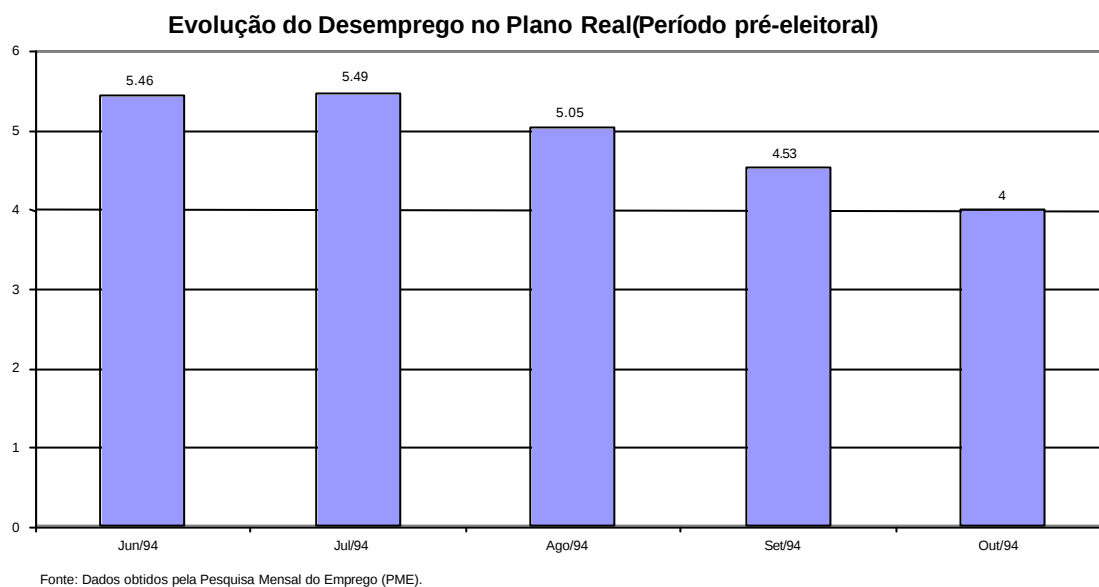


Gráfico 19

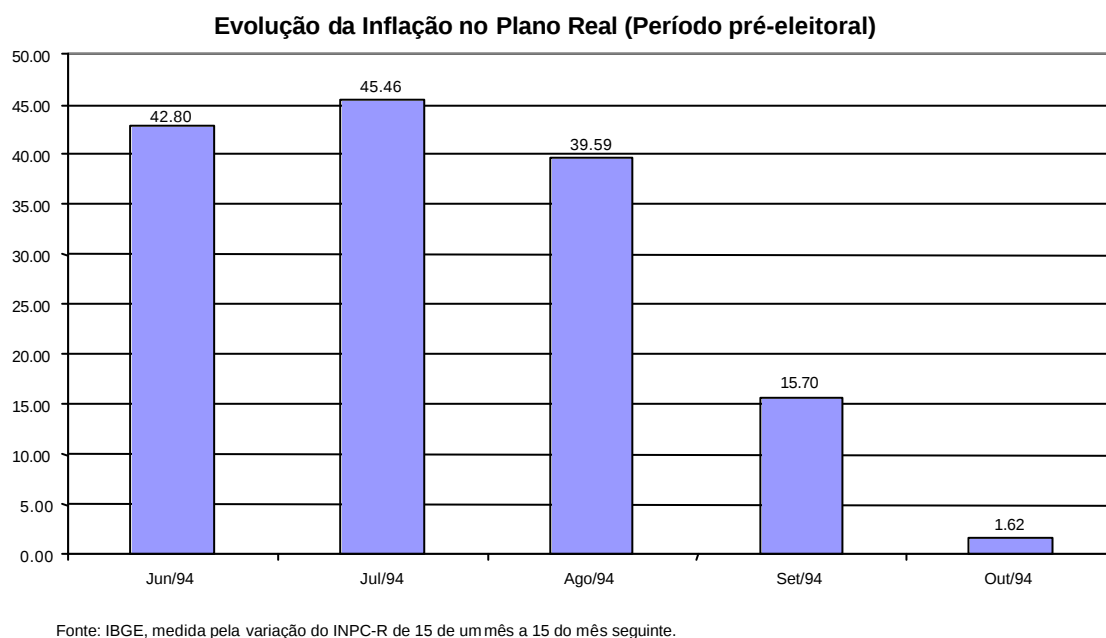
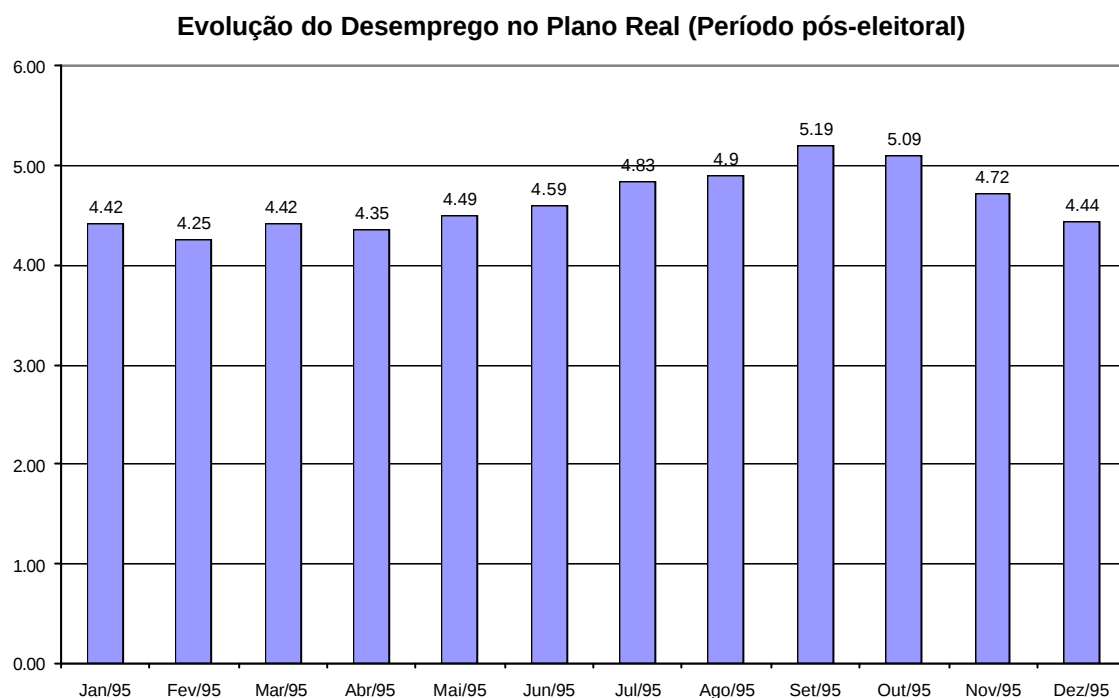
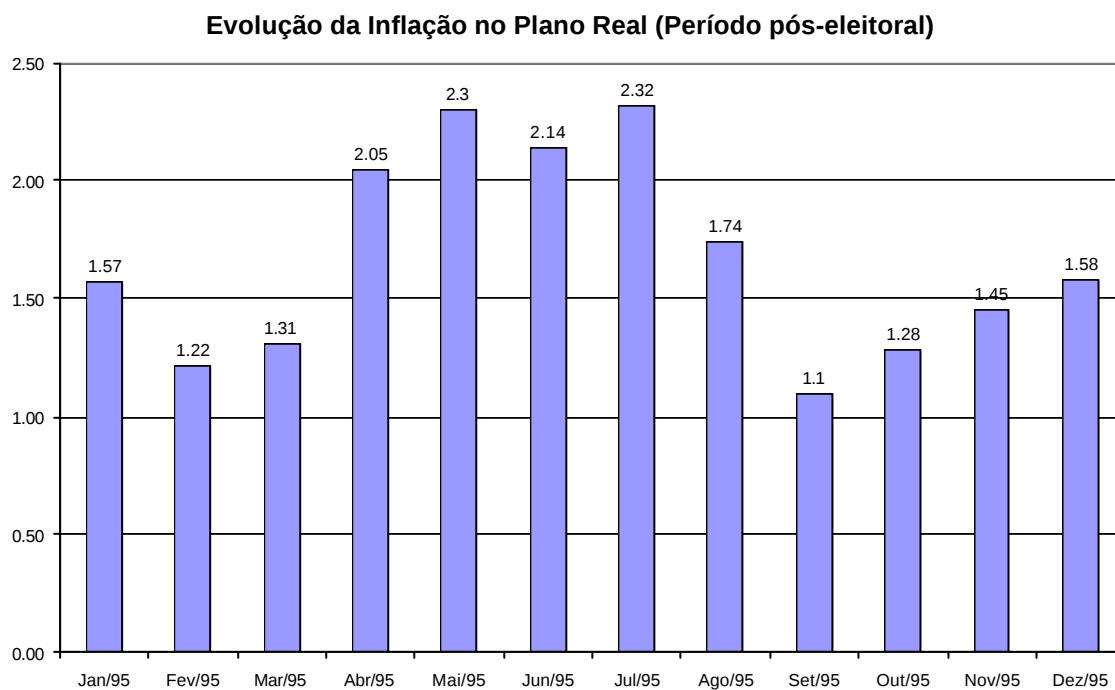


Gráfico 20



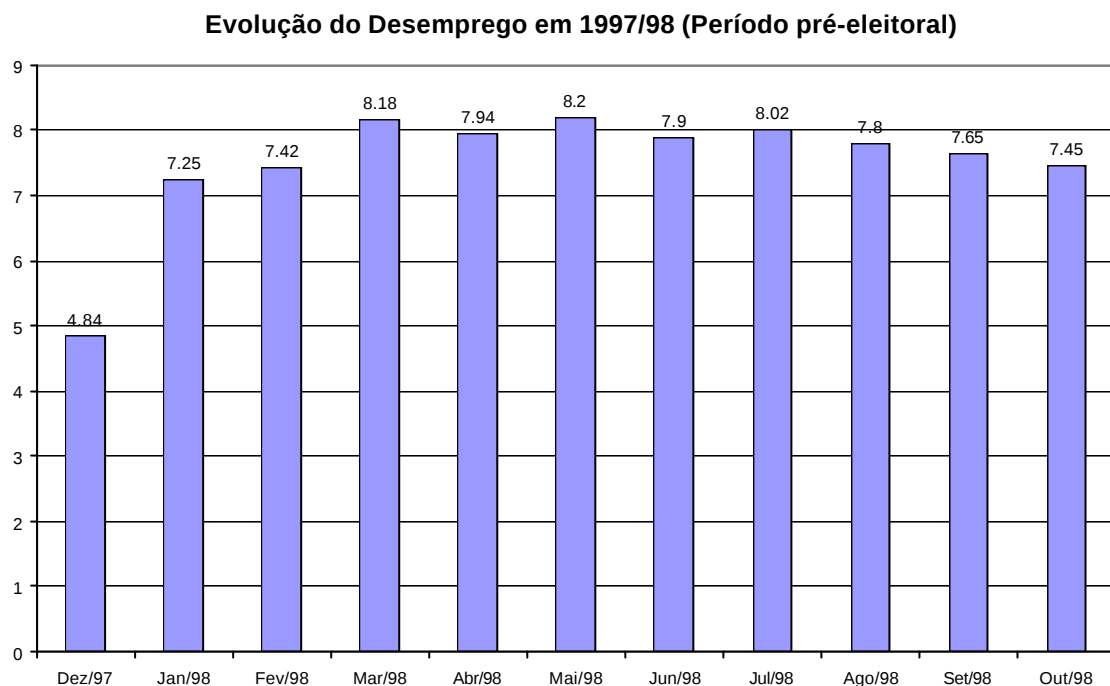
Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Gráfico 21



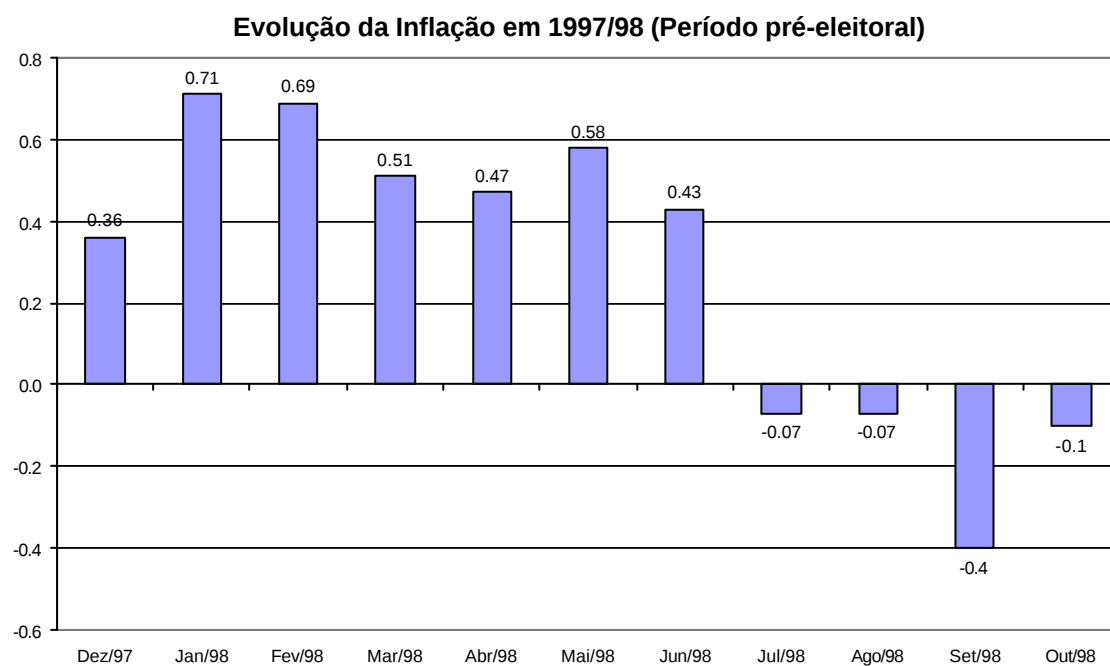
Fonte: IBGE, medida pela variação do INPC-R de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.

Gráfico 22



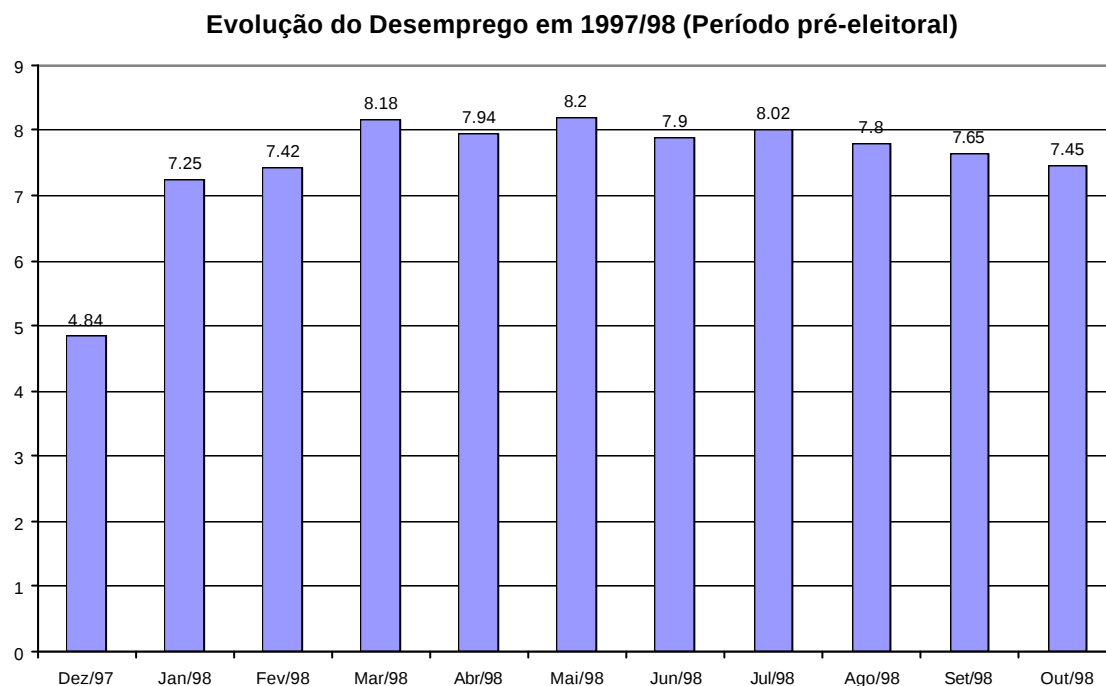
Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Gráfico 23



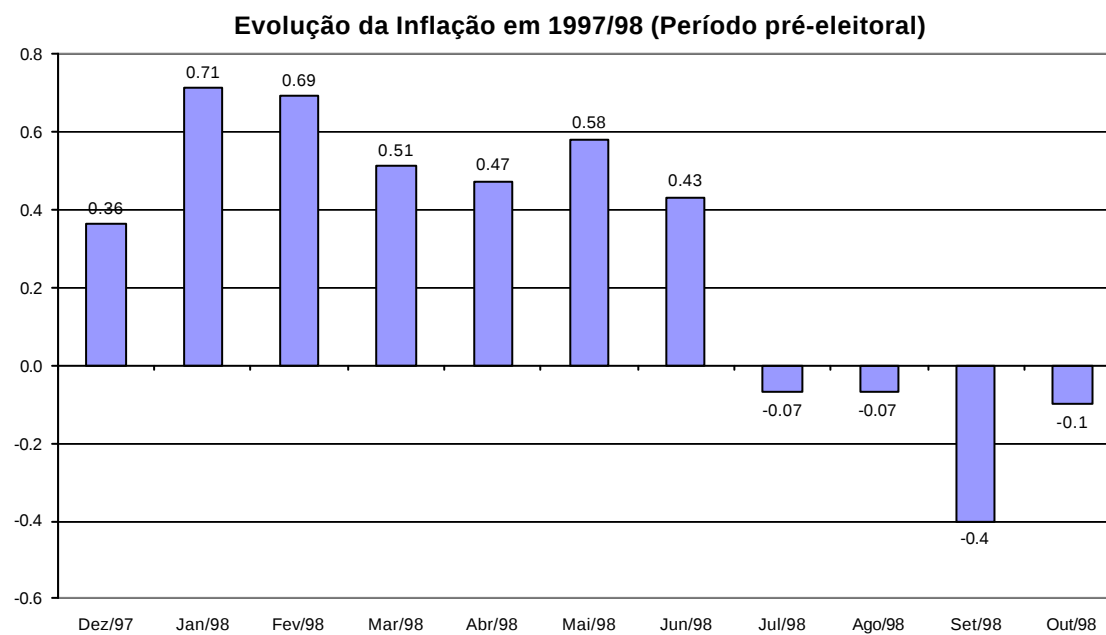
Fonte: IBGE, medida pela variação do INPC-R de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.

Gráfico 24



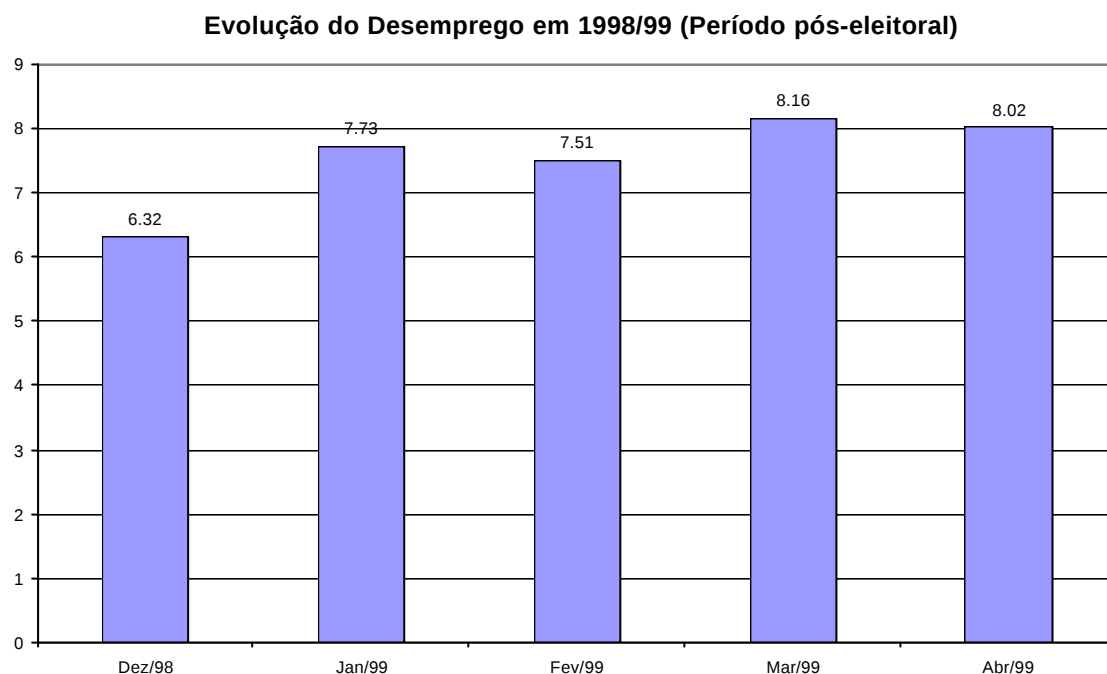
Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Gráfico 25



Fonte: IBGE, medida pela variação do INPC-R de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.

Gráfico 26



Fonte: Dados mensais obtidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

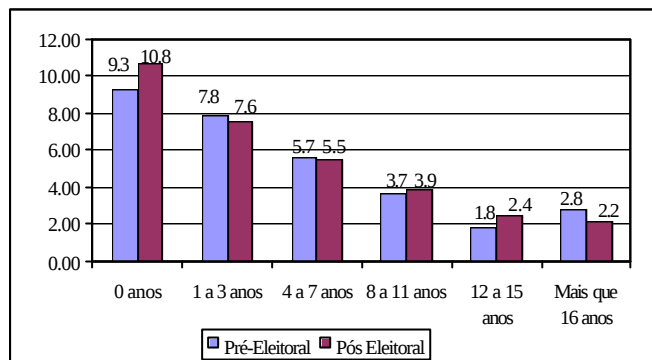
Apêndice 2 – Análise Episódica Individual Detalhada

O presente apêndice possui dois objetivos básicos: em primeiro lugar, estender as explicações metodológicas acerca da análise empírica individual empreendida na seção 5.1. do artigo. O segundo objetivo é estender o elenco de estatísticas usadas na análise dos períodos pré e pós eleitorais.

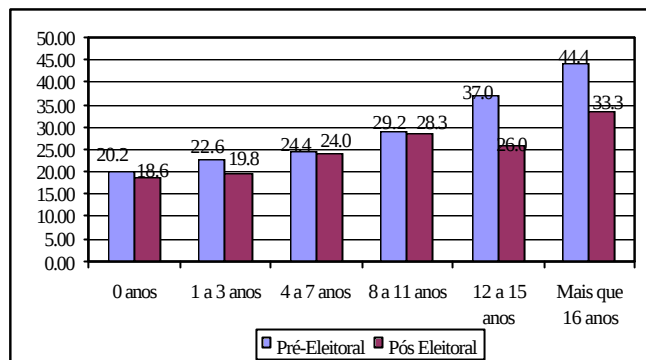
Ano Eleitoral	Fase	Período Inicial*	Período Final*
1986	Pré-Eleitoral	Jan/86 a Mar/86	Jan/87 a Mar/87
	Pós-Eleitoral	Ago/86 a Dez/86	Ago/87 a Dez/87
1989	Pré-Eleitoral	Ago/88 a Dez/88	Ago/89 a Dez/89
	Pós-Eleitoral	Jan/90 a Mar/90	Jan/91 a Mar/91
1994	Pré-Eleitoral	Jan/94 a Mai/94	Jan/95 a Mai/95
	Pós-Eleitoral	Ago/94 a Dez/94	Ago/95 a Dez/95
1998	Pré-Eleitoral	Jul/96 a Dez/96	Jul/97 a Dez/97
	Pós-Eleitoral	Jan/98 a Jun/98	Jan/99 a Jun/99

* Meses iniciais de grupo de 4 Observações consecutivas utilizadas.

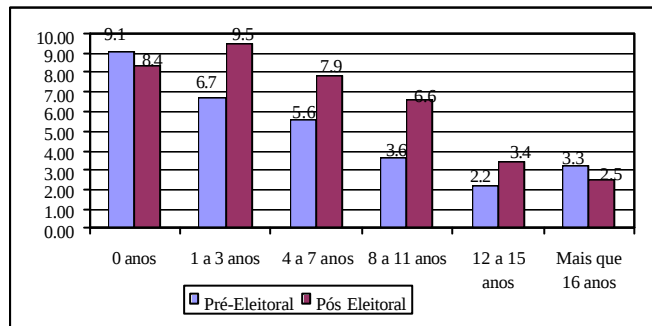
Probabilidade de Saída da Ocupação
Eleições de 1986



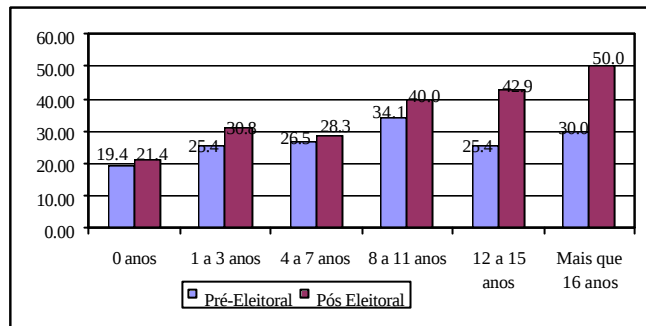
Probabilidade de Entrada na Ocupação
Eleições de 1986



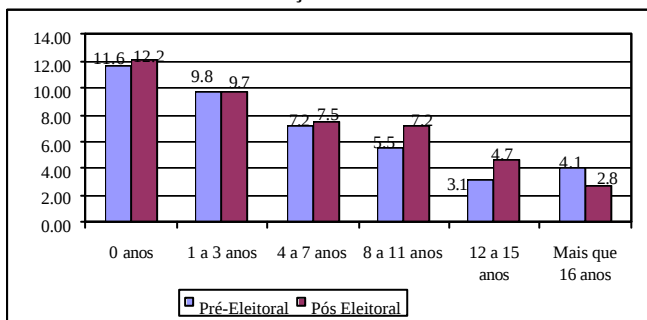
Probabilidade de Saída da Ocupação
Eleições de 1989



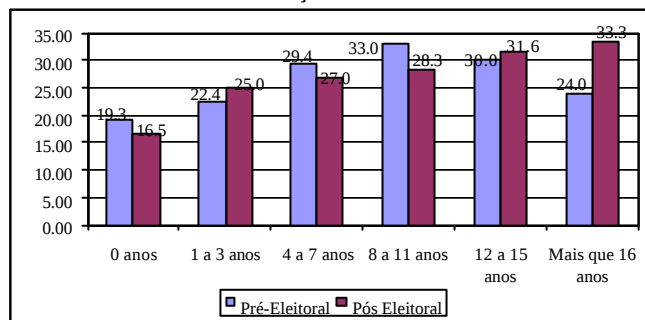
Probabilidade de Entrada na Ocupação
Eleições de 1989



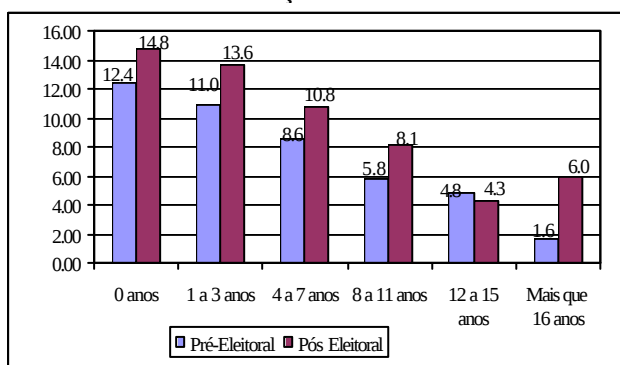
Probabilidade de Saída da Ocupação
Eleições de 1994



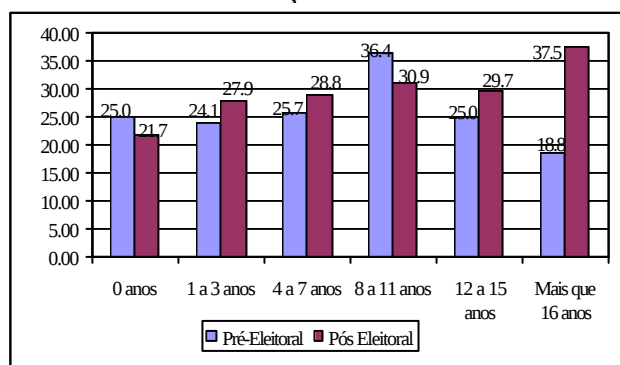
Probabilidade de Entrada na Ocupação
Eleições de 1994



Probabilidade de Saída da Ocupação
Eleições de 1998



Probabilidade de Entrada na Ocupação
Eleições de 1998



PERÍODO PRÉ-ELEITORAL DE 1986 E O PLANO CRUZADO

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1987/1986 (jan - mar)

ANOS DE ESTUDOS							
	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)	
0 Anos	764	22.07	22.25	65.46	28.59	5.95	
1 a 3 Anos	1165	23.59	20.29	65.50	31.17	3.33	
4 a 7 Anos	2471	16.80	14.96	61.57	35.00	3.44	
8 a 11 Anos	1522	11.96	9.62	57.18	39.19	3.64	
12 a 15 Anos	361	1.55	2.60	50.94	47.45	1.61	
Mais de 16 Anos	188	3.84	0.74	49.74	48.72	1.54	

Fonte: PME - IBGE

PERÍODO PÓS-ELEITORAL DE 1986 E O PLANO CRUZADO II

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1987/1986 (ago-dez)

ANOS DE ESTUDOS							
	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)	
0 Anos	1900	-19.93	-18.23	31.12	63.91	4.98	
1 a 3 Anos	2850	-21.94	-20.31	30.31	66.10	3.59	
4 a 7 Anos	6451	-23.87	-21.61	28.79	67.66	3.55	
8 a 11 Anos	3691	-23.42	-21.64	29.76	66.64	3.60	
12 a 15 Anos	1043	-21.94	-19.40	29.17	68.81	2.02	
Mais de 16 Anos	429	-22.39	-20.41	30.51	66.59	2.90	

Fonte: PME - IBGE

PERÍODO PRÉ-ELEITORAL DE 1989 E O PLANO VERÃO

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Period of Análise: 1989/1988 (ago-dez)

ANOS DE ESTUDOS							
	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)	
0 Anos	1477	14.93	12.12	58.68	37.64	3.68	
1 a 3 Anos	2087	13.87	13.13	59.28	37.32	3.40	
4 a 7 Anos	5122	13.55	12.61	59.53	37.46	3.01	
8 a 11 Anos	3403	11.80	11.61	56.38	39.56	4.06	
12 a 15 Anos	912	9.65	8.37	55.40	41.62	2.98	
Mais de 16 Anos	450	8.76	3.96	52.42	44.63	2.95	

Fonte: PME - IBGE

PERÍODO PÓS-ELEITORAL DE 1989 E O PLANO COLLOR

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1991/1990 (jan - mar)

ANOS DE ESTUDOS							
	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)	
0 Anos	613	-13.56	-12.24	40.06	55.61	4.33	
1 a 3 Anos	885	-9.62	-10.28	41.75	54.89	3.36	
4 a 7 Anos	2248	-17.64	-16.73	35.33	62.04	2.63	
8 a 11 Anos	1404	-27.01	-26.25	28.07	68.05	3.88	
12 a 15 Anos	369	-28.82	-25.28	24.75	70.30	4.95	
Mais de 16 Anos	166	-26.41	-28.52	28.16	70.69	1.15	

Fonte: PME - IBGE

PERÍODO PRÉ-ELEITORAL DE 1994 E O PLANO REAL

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1995/1994 (jan - mai)

ANOS DE ESTUDOS

	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)
0 Anos	1044	17.45	15.69	55.83	36.31	7.86
1 a 3 Anos	1617	15.56	15.85	58.15	35.92	5.93
4 a 7 Anos	4261	17.20	15.34	59.51	36.26	4.23
8 a 11 Anos	2984	16.98	14.77	57.97	35.99	6.05
12 a 15 Anos	645	10.80	6.98	51.69	40.73	7.58
Mais de 16 Anos	270	11.78	13.75	59.73	33.89	6.38

Fonte: PME - IBGE

PERÍODO PÓS-ELEITORAL DE 1994 E O PLANO REAL

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1995/1994 (ago - dez)

ANOS DE ESTUDOS

	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)
0 Anos	418	29.81	30.44	67.80	26.91	5.30
1 a 3 Anos	570	19.48	22.30	63.88	30.60	5.52
4 a 7 Anos	1504	23.11	23.78	65.46	30.07	4.48
8 a 11 Anos	1135	17.50	16.75	60.32	34.66	5.02
12 a 15 Anos	232	7.63	12.11	55.96	34.66	9.39
Mais de 16 Anos	121	15.11	14.62	54.55	40.91	4.55

Fonte: PME - IBGE

ELEIÇÕES 1998 - PERÍODO PÓS-ELEITORAL E OS EFEITOS IMEDIATOS DA CRISE ASIÁTICA

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1997/1996 (jul - dez)

ANOS DE ESTUDOS

	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)
0 Anos	615	-3.18	-1.54	44.91	49.64	5.45
1 a 3 Anos	962	-4.26	-0.82	45.40	49.12	5.49
4 a 7 Anos	2849	-1.67	0.04	47.55	48.56	3.89
8 a 11 Anos	2299	-1.12	0.78	48.87	46.88	4.25
12 a 15 Anos	536	-8.02	-4.68	39.23	53.42	7.35
Mais de 16 Anos	261	-3.11	-1.99	44.41	48.81	6.78

Fonte: PME - IBGE

ELEIÇÕES 1998 - PERÍODO PÓS-ELEITORAL E OS EFEITOS DA CRISE RUSSA E DA DESVALORIZAÇÃO

Conceito de Renda: Quatro Meses Renda Per Capita

Período de Análise: 1999/1998 (jan - jun)

ANOS DE ESTUDOS

	Número de Observações	Média da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Mediana da Diferença do Log da Renda entre 12 meses (%)	Proporção da Renda Final maior que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final menor que a Renda Inicial (%)	Proporção da Renda Final igual a Renda Inicial (%)
0 Anos	528	-4.12	-1.62	43.89	49.20	6.91
1 a 3 Anos	959	-6.93	-4.02	42.56	51.65	5.79
4 a 7 Anos	2841	-5.33	-3.98	43.12	52.05	4.83
8 a 11 Anos	2455	-6.22	-3.57	41.76	53.05	5.19
12 a 15 Anos	549	-2.00	-2.37	41.54	49.69	8.78
Mais de 16 Anos	282	-2.36	-2.16	44.27	50.96	4.78

Fonte: PME - IBGE

Bibliografia

- Alesina, A., Cohen, G. e Roubini, N. (1992), “Macroeconomic Policy and Elections in OCDE Democracies”, *Economics and Politics*, 5, 1-30.
- Alesina, A. e Roubini, N. (1992), “Political Cycles in OCDE Economics”, *Review of Economics Studies*, 59, 663-688.
- Bacha, E.L., Plano Real: Uma Avaliação Preliminar in *Revista do BNDES*, v.1, nº1, jun.1994.
- Barro, R. and D. Gordon (1983 a). “Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy”. *Journal of Monetary Economics*, 12, 101-122.
- Barros, R. P. , Neri, M. , Mendonça, R. Pobreza e Inflação no Brasil: Uma Análise Agregada, *A Economia Brasileira em Perspectiva*, v.2, p.401-420, IPEA, 1996.
- Barros, R. P. de, Mendonça, R. The evolution of Welfare, poverty and inequity in Brazil over the last three decades: 1960-1990. Rio de Janeiro, 1993, mimeo.
- Blanchard, O. J. e Fischer, S. (1989). *Lectures on Macroeconomics*, The MIT Press, Cambridge.
- Bodin, P., Plano Cruzado in *Revista de Economia Política*, v. 10, nº2 , abr-jun, 1990.
- Bonomo, M., Terra, C. , “A economia política do regime cambial no Brasil: de 1964 a 1997”. *Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)*. Fundação Getulio Vargas. 1999.
- Bresser/Nakano, O 1º Plano Collor in *Revista de Economia Política*, v.11, nº 4, out-dez, 1991.
- Cardoso, E. *Inflation and Poverty*. Cambridge, 1992 (NBER Working Paper, 4.006).
- Cardoso, E., Barros, R. P. de, Urani, A . *Inflation and unemployment as determinants of inequity in Brazil: the 1980s*. Rio de Janeiro: IPEA, Apr. 1993 (Texto para Discussão, 298).
- _____. *Conjuntura estatística e índices econômicos*. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.137, fev.1990.
- _____. *Conjuntura estatística e índices econômicos*. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.46, n.3, p.58, mar.1992.
- _____. *Conjuntura estatística e índices econômicos*. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.48, n.4, p.2, abr.1994.
- Documentos e Artigos, Plano Cruzado in *Revista de Política Econômica*, v. 6, nº 3, jul-set, 1986.
- Documento, Plano Verão in *Revista de Política Econômica*, v.9, nº 2, abr-jun, 1989.

_____. Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, 187 a (Séries Econômicas, Demográficas e Sociais: 1550-1985, p.189-199).

Fialho, T.M.M., Ciclos Políticos: Uma Resenha in Revista de Política Econômica, v. 19, nº2(74), abr-jun, 1999.

Fialho, T.M.M. (1997), “Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil”, Revista Brasileira de Economia, 51(3), 379-389.

FGV. Conjuntura estatística e índices econômicos. Conjuntura Econômico, Rio de Janeiro, v.42, n.2, p.203, fev.1998.

Hibbs, D. (1997), “Political Parties and Macroeconomic Policy”, The American Political Science Review, 7, 1467-1487.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, 187 a (Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3).

Lopes, F. O Choque Heterodoxo. Departamento de Economia da PUC. Rio de Janeiro: Editora Campos, cap.18, p.121-143, 1986.

Neri, M. O imposto inflacionário e o poder de compra das unidades familiares: um modelo aplicado aos Planos Cruzados e Verão. Revista Brasileira de Economia, v.44, n.4, p. 529-549, 1990.

Nordhaus, W. (1975), “The Political Business Cycles”, Review of Economics Studies, 42, 169-190.

Ogura, L. M., Ciclos Eleitorais na Economia Brasileira: 1980-1998. University of Brasília. Department of Economics. Graduate Program in Economics, 1999.

Person, T. e Tabellini, G., Macroeconomic Policy, Credibility and Politics, Harwood Academic Publishers, 1990.

Sachs/Zini, Inflação e Plano Real in Revista de Política Econômica, v. 15, nº 2(58), abr-jun, 1995.

_____. Sistema nacional de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Indicadores IBGE, jan./92 a mar./94.